



PIETRO TOIGO, REPRESENTANTE INTERINO DO BAD

“Tivemos de desacelerar novos empréstimos a Angola”

Págs. 4 a 7



VIOLAÇÕES ÀS NOVAS MEDIDAS DE IMPORTAÇÃO

Multas de até 60 milhões para os distribuidores

REGULAÇÃO. As penalizações estão previstas na Lei das Actividades Comerciais. Quem violar as novas regras do Comércio e importar arroz ou açúcar em embalagens acima dos 25 quilos estará sujeito a uma multa de até 60 milhões de kwanzas. Pág. 8

ESTADO NÃO SE DECIDE

Seguro agrícola encalhado no papel

AGRICULTURA. Mais de dois anos após o lançamento do projecto-piloto, o seguro agrícola não avança. E a Ensa, indigitada para coordenar a iniciativa, não tem dúvidas de que, sem subvenção, não haverá seguro agrícola. Pág. 10



ALERTA DOS PILOTOS

Aeroporto 4 de Fevereiro na 'lista negra'

Pág. 8

OPINIÃO

Naiole Cohen, professora

Quem ganha? O tráfico de influências

Pág. 21

ALEGADAS PROVAS CONTRA JLO EM LONDRES

Juízes e procuradores terão recebido ordens para atacar Isabel dos Santos

Pág. 30



Editorial

AS PROVAS DE ISABEL E OS NERVOS DO PODER

Por obra de Isabel dos Santos, o poder político e o poder judicial em Angola podem estar à beira de um ataque de nervos. A empresária assegura ter provas de que João Lourenço deu ordens a juizes, procuradores e aos serviços de inteligência para uma incursão concertada contra o seu império. E o Financial Times, o jornal que deu a notícia em primeira mão, escreve que se trata de uma “retaliação substantiva” de Isabel dos Santos. Não é para menos...

Todo o angolano e qualquer um que saiba de Angola sabem que a justiça por cá é subjugada ao poder político até ao tutano. Compreendem que até a simples menção à separação de poderes é uma afirmação ridícula, para dizer o mínimo. Os que afirmam o contrário também o sabem, mas têm de defender o indefensável por estupidéz, por medo ou por cobardia. O poder político, como é esperado, não desarma na retórica. Insiste na farsa da separação dos poderes e fá-lo, entre outras razões, porque sabe que raramente é confrontado com provas materiais nos tribunais ou na imprensa. Agora, pela primeira vez, podem ter chegado a um tribunal, digno desse nome, gravações em que altos agentes do Estado são instruídos a atacar uma cidadã empresária, guiados pela vingança pessoal de um presidente de uma república.



Mário Mujetes © AE

O eventual ataque de nervos é, por isso, mais do que compreensível. Nenhum juiz, nenhum procurador, nenhum governante, nenhum político, nenhum comentador, por mais esquizofrénico que seja, insistirá na defesa da independência da justiça, caso se confirmem as provas da empresária. O que está em causa, portanto, é de uma gravidade sem paralelo, mas dá respaldo a uma das preocupações de fundo sobre os desvios da agenda controversa de João Lourenço.

Por vezes sem conta, escrevemos aqui que o projecto contra a corrupção estava enalhado à partida por várias razões claras, em que duas se destacam. Primeira, quem se beneficiou despudoradamente do saque ao erário, nas suas variadas formas, não tem legitimidade moral e até legal para combatê-lo. Segunda, o sistema que pretende

desmantelar a corrupção está entrelaçado em complexos temas pessoais que levam necessariamente à deturpação dos propósitos que interessam aos angolanos. A convivência longa entre os ‘camaradas’ produziu traições, ódios, ciúmes e quejandos que têm obrigatoriamente reflexo num processo como este. As vinganças pessoais são inevitáveis e levam incontornavelmente a um novo ciclo de instrumentação das instituições e de manipulação do Estado.

No fundo, é isso o que as provas de Isabel dos Santos poderão deixar a nu. E, tal como a Lava Jato no Brasil, o combate à corrupção, ao estilo Lourenço, pode estar prestes a cair no buraco do descrédito, sem retorno. Por razões muito próximas. No Brasil, um juiz alucinado e autocrático colocou a justiça de joelhos para atingir interesses políticos confessos, incluindo fazer-se ministro e potenciar uma corrida sua à presidência da República. Em Angola, o Presidente da República poderá ter colocado todo um Estado de cócoras para fazer vaziar uma agenda de vingança pessoal contra certos ‘inimigos’. A diferença é que Angola não é o Brasil. Lá, o juiz foi descoberto, apesar de todos os estragos que fez, e vai ser julgado, prova de que muitas vezes a independência dos poderes funciona mesmo. Cá, ainda que se confirmem as provas, tudo vai manter-se igual, porque quem manda é o que manda mesmo. E manda em tudo.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



MIGUEL OLIVEIRA,
empresário, PCA da Mieomar

O que o levou a investir na distribuição de pescado?

Surge da necessidade de potenciar os pequenos revendedores que passarão a receber o pescado a crédito. O peixe será comercializado abaixo de 40% dos preços do mercado. Pensamos ajudar a combater a fome e a pobreza. Estamos neste segmento, não só por ser rentável, mas porque temos capacidade e visão do negócio. É por isso que nunca recorremos aos bancos.

E quanto investiu?

Adquirimos, em Viana, uma bateria de frio com capacidade de congelação de 600 toneladas por mês. Instalações que custaram 2,5 milhões de dólares. Estavam abandonadas. Nesse entreposto, estamos também a investir numa linha de secagem de peixe meia cura com capacidade de 18 toneladas.

De onde será adquirido o produto a comercializar?

Possuímos quatro embarcações que, a partir da Ilha de Luanda, vão garantir o funcionamento permanente da bateria de congelação e transformação de peixe seco. Pelo menos, 80% das capturas serão destinadas ao mercado e 20 outras para as grandes superfícies comerciais, aonde será encaminhado o peixe graúdo.

23

TERÇA-FEIRA

A Empresa Nacional de Construção e Infra-estruturas Básicas (Encib) divulga, em comunicado, que vai apresentar o 'Fórum de Alta Direção da Encib 2021', com o fim de apresentar o diagnóstico e perspectivar o relançamento da empresa.

24

QUARTA-FEIRA

Empresários dos Emirados Árabes Unidos (EAU) manifestam interesse em instalar, em Angola, fábricas de pesticidas e fertilizantes, dentro de sete meses, para reforçar o processo de industrialização e alavancar o sector agrícola do país.

25

QUINTA-FEIRA

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, garante que o seu ministério conseguiu, através da comunicação dirigida à sociedade, "quebrar o mito da falta de produção nacional".



22

SEGUNDA-FEIRA

A secretária executiva da Comissão Económica das Nações Unidas para África, Vera Songwe, explica que "Angola foi uma espécie de precursor no que o Enquadramento Comum para o tratamento da dívida para além da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) devia ser".

26

SEXTA-FEIRA

O Banco de Desenvolvimento de Angola revela que prevê lançar quatro novos produtos financeiros para o sector agrícola na cidade de Ndalatando, Kwanza-Norte, durante a visita do ministro da Economia e Planeamento à província.



27

SÁBADO

A Sonangol informa que vai alienar parcialmente os seus interesses participativos, detidos em oito blocos pela Unidade de Exploração e Produção em diversas concessões petrolíferas.



21

DOMINGO

Assinalam-se o Dia Internacional das Florestas, sob o lema 'Restauro florestal: um caminho para a recuperação e bem-estar', num contexto marcado pela pandemia, degradação e perda dessa biodiversidade, que repercutem duramente na economia.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA...

O petróleo começou a semana a subir quase 1%, embora tenha registado alguma volatilidade durante a sessão do dia, influenciado pelo desbloqueio do canal de Suez e pela realização da reunião da OPEP+ ainda esta semana. O Brent negociou a 64,92 dólares, ao passo que o WTI negociou a 61,56 dólares.



OURO, PRATA E COBRE EM QUEDA...

Os minérios, em sentido contrário, iniciaram a semana em terreno negativo. O ouro caiu 1,27%, ao negociar as entregas para Junho a 1.710,25 dólares por onça troy. A prata registou perdas de 1,87% ao negociar a 24,645 dólares por onça troy. Já o cobre quedou 0,98% ao negociar nos 4,0280 dólares por libra-peso.

Entrevista



PIETRO TOIGO, REPRESENTANTE RESIDENTE DO BAD PARA MOÇAMBIQUE E INTERINO PARA ANGOLA

“Angola é um dos países em que tivemos de desacelerar os nossos novos empréstimos”

Representante do BAD traça elogios a Angola pela forma como tem lutado pela diversificação económica. Optimista, acredita que as economias africanas têm condições para superar o impacto da covid-19, mas alerta que deveriam "dar uma empurrada" à tentação fiscal e não apoiar perdão de dívidas aos países por acarretar pouca confiança.

Por César Silveira

Recentemente, o BAD foi eleito a melhor instituição financeira do mundo. O que representa para a instituição?

É um grande reconhecimento da visão e trabalho que o nosso pre-

sidente, Akinwumi Adesina, fez depois de ser eleito em 2015. Também representa um apoio muito forte dos nossos 81 accionistas e especialmente o grande apoio dos nossos governos regionais, incluindo o de Angola. É também um reconhecimento do trabalho dos funcionários. Receber este prémio num ano particularmente complicado para o continente africano, com grandes desafios que a pandemia trouxe em

todo o continente, deixa-nos muito orgulhosos. O mais importante é que fortalece a reputação do banco.

Como estão preparados para os desafios?

O banco definiu como contribuição para o desenvolvimento de África cinco áreas prioritárias, os 'High 5': Iluminar África, apoiar o acesso universal à energia; Alimentar África, transformar a agricultura

“ Há uma percepção de risco que os investidores têm, mas que não corresponde à realidade. Isto manifesta-se em custos mais altos ou talvez na falta de vontade de investir. ”



para que África seja um exportador líquido de produtos agrícolas; Industrializar África, duplicando o PIB industrial; Integrar África, acelerar o comércio com base na industrialização, harmonização dos procedimentos e regulamentos, além de investir nas infra-estruturas visíveis (estradas e comércio de energia). O grande acontecimento do ano passado foi a assinatura da Zona de Livre Comércio. A quinta prioridade é melhorar a qualidade de vida, que inclui o acesso a serviços, mas também investir na população para que possa competir nos mercados de trabalho.

O que está definido para alcançar estas metas?

Há um plano operacional de reformas internas para descentralizar a estrutura do BAD. Está a ser implementado para colocar mais peritos nos países onde estamos inseridos. Há reformas em termos de políticas e financiamento, mas também há reformas internas na gestão de recursos humanos e administrativos. Em 2020, tivemos um grande voto de confiança dos nossos accionistas com o aumento histórico do capital do BAD que passou de 93 biliões para 208 biliões de dólares.

A pandemia trouxe um desafio maior para as instituições financeiras multilaterais...

O ano 2020 foi bastante complicado. O banco mobilizou 10 biliões de dólares imediatamente para um programa de apoio em resposta à covid em África. Fomos para os mercados financeiros para emissão da maior obrigação social - nunca emitida por um banco multilateral - de três biliões de dólares. Foram mobilizados num mês, para financiar uma parte dos 10 biliões.

O que é que o banco já tem disponível para alavancar os cinco desafios?

Todos os recursos vão ser dedicados a essas cinco áreas. O BAD tem uma taxa de investimento de, mais ou menos, nove biliões de dólares por ano.

Para Angola estão previstos novos reembolsos?

Temos de distinguir duas coisas. A aprovação dos projectos e o desembolso. A aprovação é um compromisso do BAD de financiar uma certa actividade. O desembolso acontece enquanto as actividades vão sendo implementadas. O ano passado foi assinado o maior programa do BAD em Angola. É um

Perfil

UM MACROECONOMISTA DO MUNDO

Pietro Toigo é o representante residente do Banco Africano de Desenvolvimento em Moçambique desde Novembro de 2017 e, a partir de Fevereiro de 2021, passou a acumular com o papel de representante interino do BAD para Angola e São Tomé e Príncipe.

Antes de se juntar ao Escritório Local do BAD em Moçambique, foi Macroeconomista Chefe no Centro Africano de Recursos Naturais do BAD, liderando a prestação de serviços de consultoria e assistência técnica para uma boa gestão de recursos petrolíferos, gás e minerais.

Trabalhou também sobre assuntos de Gestão Financeira Pública, política fiscal e governança dos sectores extractivos no Departamento de Reformas Económicas e Financeiras e de Governação do BAD. Antes de entrar no BAD trabalhou seis anos como representante Nacional na Líbia e como economista sénior no Zimbabué e na Serra Leoa para o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, onde implementou um portfólio de programas cobrindo reformas económicas do sector público, bem como gestão do sector extractivo. Antes, trabalhou como chefe da equipa de preparação de orçamento na Autoridade Provisória da Coligação e como assessor do Ministro das Finanças durante a transição do poder pós-conflito no Iraque, e ocupou diversos cargos no departamento de Tesouro do Reino Unido e da Comissão Europeia (Direcção Geral para Assuntos Económicos e Financeiros). Mestre em Economia pela London School of Economics.

Sou um optimista sobre as economias africanas que são mais resilientes, com muito espaço para crescimento.

projecto muito importante, o de eficiência e expansão do sector energético, com acções que somam 530 milhões de dólares. Este projecto tem como objectivo fazer a interligação das linhas de transmissão entre o centro e o sul de Angola. Adicionalmente, o BAD tem um projecto de tamanho significativo de 101 milhões de dólares para o desenvolvimento das cadeias de valor agrícola de Cabinda, assinado em 2018. O desembolso depende do ritmo de implementação dos projectos. Desembolsa-se bastante devagar no começo porque estamos a organizar as equipas, fazer concursos de aquisições. Depois acelera-se quando entramos na fase mais concreta de implementação.

Mas já houve desembolsos. Quais são as taxas?

Os desembolsos ainda se encontram com uma taxa relativamente baixa, porque estamos a organizar as equipas de trabalho. No próximo ano, vamos acelerar bastante a implementação. Estamos sempre em comunicação com o Governo e com as agências implementadoras no sentido de ver como podemos ultrapassar qualquer assunto para acelerar os desembolsos.

O BAD tem alguma linha direccionada para o sector privado?

Podemos financiar directamente o sector privado e, sendo uma entidade de capital AAA, podemos aprovisionar capitais a custos bastante interessantes. Podemos dar períodos de carência bastante interessantes, cerca de cinco anos e prazos para o reembolso que podem chegar até aos 15 anos. O desafio no engajamento com o sector privado é, primeiro, o tamanho. Somos uma entidade com vasta disponibilidade de capital, mas com equipas bastantes pequenas. Para um investimento mínimo do BAD de 10 milhões de dólares, nós investimos até um terço do custo dos projectos. São projectos de 30 milhões de dólares ou mais. E o que encontramos, especialmente nos PALOP, são projectos um pouco abaixo.

Este é o único desafio?

O outro desafio é a qualidade da preparação do projecto. Para mantermos nota de crédito AAA, precisamos de um certo nível de qualidade dos projectos que, infelizmente, algumas vezes não se encontram, porque o sector privado é bastante jovem e com pouca experiência na relação com instituições multilate-

rais. Trabalhamos com instituições financeiras locais, que conhecem o mercado e têm a presença territorial para fazer empréstimos de valores mais baixos. Por exemplo, foi aprovada uma linha de crédito para o Banco Millennium Atlântico de 40 milhões de dólares que esperamos poder desembolsar brevemente. Está virada mais para pequenos projectos agrícolas e industriais. Estamos a trabalhar com o Ministério da Economia e Planeamento, num projecto de desenvolvimento que visa capacitar as pequenas e médias empresas e desenvolver capacidades de empreendedorismo, trabalhando com o INAPEM. Uma terceira ferramenta é o mecanismo para partilha do risco.

O que significa?

Há uma percepção de risco que os investidores têm, mas que não corresponde à realidade. Isto manifesta-se em custos mais altos ou talvez na falta de vontade de investir. Temos vários instrumentos de partilha de risco. Há um trabalho que está a ser feito com o governo de Portugal em parceria com os PALOP para desenvolver o Compacto Lusófono. É uma ferramenta complexa virada para o desenvolvimento do sector privado, focado em três elementos: partilha de risco, capacitação e assistência técnica e financiamento de projectos.

Pode detalhar...

É uma garantia para investimentos do BAD. O governo português disponibilizou 400 milhões de euros. Este não é o único instrumento de partilha de risco, temos outros que são próprios do BAD, nomeadamente, garantias parciais de risco de crédito e parciais de risco político. Ou seja, um risco em que os acordos regulamentares não sejam respeitados. É o caso dos investimentos privados na produção eléctrica. Um dos grandes problemas na produção eléctrica é o risco de solvência da agência compradora de electricidade, a agência pública. O investidor privado tem um contrato com o governo para fornecimento de energia e nós podemos aprovisionar uma garantia caso a capacidade do governo não possa cumprir com as obrigações financeiras. Este tipo de garantia permite muitas vezes ao investidor privado assegurar custos de capitais mais baixos e o governo pode negociar tarifas mais baixas.

Economia/Política

Continuação da página 5

Qual é nível de cumprimento dos pagamentos de Angola?

Angola respeitou todas as obrigações com o BAD e é um parceiro extremamente forte. É um dos poucos parceiros africanos que ainda contribuiu para o Fundo Africano de Desenvolvimento que o BAD utiliza para financiar países de baixa renda. Não só tem um desempenho positivo no cumprimento dos financiamentos, mas também contribui para o desenvolvimento mais vasto do continente. Em termos de desempenho e de qualidade dos projectos, notamos alguma melhoria. Angola melhorou significativamente a qualidade da carteira que está a ser financiada pelo BAD nos últimos quatro anos. Também a carteira do BAD em Angola aumentou. Nos últimos seis anos, trabalhamos muito mais com Angola. Houve um engajamento mais profundo com o país.

Quais são os pontos com margens para melhorias?

Na capacidade de cumprir com os processos de aquisições de forma bastante rápida, poderíamos continuar a melhorar. É uma experiência que vemos com todos os nossos parceiros. Nas aquisições, há engarrafamentos para a implementação dos projectos. Temos de aprofundar as parcerias, conhecer melhor os procedimentos necessários e capacitar as unidades de implementação dos projectos.

Uma das apostas do Governo passa por recorrer a instituições multilaterais, reduzindo as bilaterais. As multilaterais estão com dificuldade para responder a desafios?

Estamos num momento muito complicado para as economias do continente e é preciso dar um empurrão fiscal num momento de recessão. Angola tem grandes desafios de controlo de preços e precisa de mobilizar mais espaço fiscal. O assunto não é bilateral ou multilateral. O sistema multilateral vai precisar de uma injeção adicional de recursos porque podemos trabalhar como parceiro de confiança com os governos africanos. No nosso conselho de administração, 60% dos votos pertence a países africanos. Somos o único banco multilateral no qual os países clientes têm a maioria dos votos. Os bancos regionais têm um desafio adicional.



Qual concretamente?

Têm uma forte exposição geográfica a um continente. Por exemplo, fomos muito impactados pela redução das notas de crédito dos nossos clientes, incluindo Angola. A nossa capacidade de estender crédito e, ao mesmo tempo, manter o AAA, que nos permite mobilizar recursos a custos competitivos, foi muito limitada. Angola está particularmente a sofrer, porque é um dos países dos quais tivemos de desacelerar os novos empréstimos para cumprir com os padrões de crédito duma instituição AAA. Infelizmente, este é um momento em que Angola precisaria receber mais créditos a custos sustentáveis. O modelo multilateral foi posto sob grande pressão dos acontecimentos,

especialmente os bancos regionais. Há maneiras de trabalhar para reduzir de forma sintética a nossa exposição de alto risco para poder voltar a fazer crédito de forma bastante forte, especialmente nos próximos anos quando vamos precisar de investimentos muito significativos para a recuperação económica. O espaço fiscal em 2020 e 2021 foi utilizado pelos custos sanitários e pelos custos imediatos de protecção social, mas, no próximo ano, vamos precisar de um investimento muito forte de apoio ao sector privado e às PME.

Se não fosse a questão da redução da nota de crédito, Angola poderia estar a receber novos desembolsos?

O nosso crédito com os países de

alto risco é mais problemático e requer mais espaço no nosso capital. Tivemos de diminuir um pouco os empréstimos a vários países. Se o nosso quadro de crédito o permitir, queremos estender mais crédito para Angola e estamos a trabalhar com o nosso departamento de risco para poder fazer isso no curto prazo, mas não posso dizer quando.

Como analisa isto: os bancos em Angola financiam pouco a economia. O BNA é apontado como principal causador por vender títulos. E ainda os juros que são altos...

É um assunto complicado e não é só de Angola. Este assunto é sempre destacado, esta adversidade ao risco dos bancos. Os bancos centrais e prima-

riamente o combate à inflação estão a ter uma posição muito mais prudente para não causar inflação. Cobrando títulos do tesouro, os bancos podem fazer lucros sem correr riscos. Um pouco de reformas de consolidação fiscal iria reduzir o volume de bilhetes do tesouro do sistema financeiro, criando mais incentivos a fazer empréstimos ao sector privado. Todos os países, saindo da covid, vão precisar de formas de consolidação fiscal de meio-termo. Segundo, trata-se do tema da competitividade. Temos de reforçar a supervisão. A maioria dos lucros dos bancos são propinas e taxas fixas o que significa que não precisam de ter risco para fazer lucro. Pode ser uma indicação de níveis de competição um pouco baixa.

Temos também de aproveitar todas as oportunidades que nos oferecem o sector da 'fintech', a inovação financeira e a digitalização. A capacidade de alguns operadores baseados nos meios digitais de aprovisionar a custos mais baixos algumas formas de créditos. Algumas vezes estes operadores são desvalorizados pela regulamentação que foi desenhada num momento em que este tipo de possibilidades tecnológicas não existiam. É necessário aumentar a competição no sistema financeiro. Em alguns sectores, como na agricultura, temos problemas de assimetria informativa e de percepção muito alta de risco. É preciso mobilizar alguns fundos públicos. O último ponto é do lado da procura. O problema dos bancos é que não conhecem e não há forma de conhecer os clientes. Muitos países não têm central de crédito, para qual a falta desse tipo de infra-estruturas implica custos adicionais.

No mais recente relatório sobre as economias de África, o BAD aponta o preço do petróleo como o maior risco para a economia angolana. Que outros riscos destacaria?

Nos próximos 20 anos vamos ter uma caída estrutural do preço do petróleo. O que isso significa para os países produtores em África? Devem encaminhar-se para o percurso, que o Governo angolano já começou com o plano de diversificação económica com o desenvolvimento dos sectores não petrolíferos. No caso dos países africanos, a grande vantagem está na agricultura. É algo que Angola tem muito claro, é visível nos documentos de estratégia e é uma agenda na qual estamos prontos para assistir.

A diversificação da economia faz parte dos documentos estratégicos há vários anos. O problema

“ Para mantermos nota de crédito AAA, precisamos de um certo nível de qualidade dos projectos que, infelizmente, algumas vezes não se encontram, porque o sector privado é bastante jovem e com pouca experiência na relação com instituições multilaterais. ”

tem sido a prática...

O processo de diversificação económica é extremamente complexo e nunca é uma linha direita. Seguramente, não vamos ver uma correspondência entre as ambições e os resultados. No que diz respeito à mobilização de recursos do BAD, corresponde à estratégia acordada. O modelo desenvolvido no quadro do Alimento Africa pode ser importante na diversificação económica de Angola porque o enfoque vai ser não tanto sobre a produção, mas pelo fortalecimento das cadeias de valor e aceleração do processamento e muito virado para o agronegócio.

Como olha para a economia angolana nos próximos 20 anos, considerando a possibilidade de a diversificação não acontecer?

Vai acontecer, não será um processo linear, nem fácil, mas estou convencido de que há fundamentos para ter êxito. A transição energética é uma realidade. Duvido que Angola vá continuar a ser um país tão dependente dos recursos hidrocarbonetos.

Ficamos sem falar dos outros riscos, além os do petróleo...

É claro que a inflação continua a ser um risco. Tivemos um choque cambial que nos trouxe uma taxa de inflação acima dos 20%, mas antes da pandemia, assistíamos a uma trajectória descendente da taxa de inflação. Os riscos macroeconómicos continuam a ser os conhecidos, a taxa cambial e como consequência a taxa de inflação.

Como o BAD tem acompanhado o processo de combate à corrupção em Angola?

Este é um dos processos das reformas que nos dá confiança para olhar para uma parceria forte e frutuosa com o Governo. A transparência e o bom uso dos recursos públicos são bastantes complexos e, ao mesmo tempo, técnicos e políticos. Há uma gama de reformas que precisam de ser implementadas. O nosso enfoque vai ser na utilização dos recursos e na alocação eficaz e eficiente, segundo processos transparentes. Uma área forte são as aquisições, porque é através delas que se implementam grandes projectos estruturantes. Também estamos muito interessados em trabalhar com o governo em fortalecer os sistemas de gestão da dívida e a olhar para os fluxos financeiros ilegais. É um assunto que precisa de soluções locais, mas também globais. Muito do branqueamento dos recursos financeiros acontece fora do

continente africano. São áreas onde vamos ver como podemos acrescentar valor, mas seguramente é uma área na qual o Governo está a dar passos importantes e essenciais.

Este combate tem recebido apoio, mas também críticas, havendo mesmo uma corrente que fala em selectividade no processo...

Como parceiros externos, a nossa experiência é que temos de nos focar no longo prazo. Temos de nos focalizar na reforma dos sistemas. Há sempre este tipo de críticas nos processos de reformas e de anticorrupção. A nossa abordagem é sempre concentrarmo-nos no meio-termo e no fortalecimento das instituições para criar sistemas de transparência e de prestação de contas.

No início, o Governo mostrou-se adverso a aquisições sem concurso público, ou por adjudicações directas, mas tem sido um modelo muito usado. Isso preocupa o BAD?

Temos sempre um diálogo sobre a melhor forma de fazer aquisições, mas é preciso olhar para cada caso. Também nas economias industrializadas, perante as emergências da covid, tivemos muitas aquisições de emergência. Quem decide muitas vezes tem de decidir entre a rapidez e o processo.

O governo tem tido o apoio técnico do FMI. Pode, em algum momento, conflitar a relação entre Angola e o BAD?

Falamos de forma muito contínua com o FMI e a nossa missão é sempre complementar os trabalhos dos outros parceiros..

África tem capitais detidos fora do continente e que não voltam. Não acha é altura de o continente arranjar forma deste dinheiro reforçar instituições como BAD?

Completamente de acordo. Só não estou de acordo com a narrativa de que a corrupção é um problema africano. É uma narrativa falsa. É um problema da acção pública, que existe em todos os países. Não esqueçamos que a maioria dos arranjos institucionais que previnem o fluxo de capitais não estão implementados no continente africano. Gostaria de me distanciar deste tipo de narrativa. Há a necessidade de existir um compacto global sobre o controlo das actividades corruptas e o fluxo de capitais ilegítimos. Segundo o relatório apresentado por Thabo Mbeki em 2005, o continente africano perde 50 mil milhões de dólares por ano em

Temos de olhar para uma solução estruturante para o problema da sustentabilidade da dívida, mas é complicado falar-se de perdão.

Não estou de acordo com a narrativa de que a corrupção é um problema africano. É uma narrativa falsa. É um problema da acção pública, que existe em todos os países



O processo de diversificação económica é extremamente complexo e nunca é uma linha direita, não vamos ver uma correspondência entre as ambições e os resultados.

fluxos financeiros ilícitos. Há vários assuntos estruturais que não permitem aos Estados, vítimas destes crimes, de recuperarem os fundos. São sistemas muito antigos, da década de 1970 que já não são sustentáveis e não respondem às necessidades das economias emergentes. Se queremos ser sérios sobre o desenvolvimento dos países do sul, precisamos resolver estes assuntos e esta é uma responsabilidade global. ‘

Mas enquanto este sistema vigorar, quais podem ser as alternativas?

A coisa melhor seria evitar que os fluxos aconteçam. É melhor evitar que saiam do que tentar recuperar depois. É um assunto que passa pelo fortalecimento da troca de informação a nível global entre os sistemas financeiros. Os padrões para provar que houve corrupção como razão para anular um contrato são muito altos, especialmente para países que não têm recursos judiciais para avançar com este tipo de agenda. Temos de ter um discurso sério sobre os paraísos fiscais, principalmente em territórios satélites de países industrializados. Há um movimento de reforma. Houve várias iniciativas do G7 para a reforma, mas o continente africano deve ter uma voz muito forte.

Mas para os casos em que já saíram. Existem muitos...

Este é o problema. Depende da vontade das jurisdições aonde estão os capitais e muitas vezes estes assuntos acabam por ser políticos. É um assunto muitas vezes de diplomacia económica. Há iniciativas das instituições globais como a das Nações Unidas, a do Banco Mundial no qual o BAD também colabora para provisionar assistência legal e financeira.

Como olha para as economias africanas para os próximos anos?

Sou um optimista sobre as economias africanas que são mais resilientes, com muito espaço para crescimento. Especialmente na área da SADC, o desafio vai ser a industrialização e o emprego, especialmente dos jovens, o que vai precisar de investimento na capacitação de conhecimento técnico, além do académico. Tem a mais elevada quantidade de terras aráveis não utilizadas no mundo. Só isso dá potencialidade. Nos últimos 20 anos, os países africanos têm instituições mais fortes para a gestão macroeconómica, apesar do choque mais terrível que impactou a economia global. O continente e a área da SADC ainda têm grande procura não

satisfeita de energia e grandes fontes de energia renováveis. As oportunidades de negócio são enormes, especialmente com os custos mais baixos dos materiais para as energias renováveis.

O hiato de infra-estrutura de África é uma enorme oportunidade. O acordo continental de comércio vai abrir muitos mercados e vamos ter uma grande procura de serviço de logística, portos e infra-estruturas. Num contexto económico normalizado, com capitais mundiais com taxas de interesses globais que vão ficar bastante baixas para os próximos cinco anos, vamos assistir a uma procura muito grande de investidores para projectos de longo prazo e o continente vai oferecer grandes oportunidades, especialmente na energia e infra-estruturas.

Concorda que o acordo do DSSI de alívio da dívida é uma forma de empurrar o problema dos países devedores para frente. O perdão da dívida seria o ideal?

Esta decisão da iniciativa do DSSI (Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida) da moratória era preciso tomar imediatamente em 2020 para dar um pouco de espaço aos países com menos capacidade fiscal. Temos de olhar para uma solução estruturante para o problema da sustentabilidade da dívida, mas é complicado falar-se de perdão. O que não queremos criar é incentivo ou medo de no futuro estender crédito a países africanos porque isso poderia ter um problema contrário, de limitar a disponibilidade financeira. Teoricamente, a maneira como o DSSI foi desenhada teria de deixar os países indiferentes. Foi desenhada para ser neutral. Agora, isso depende de muitas hipóteses. Temos de ter uma consideração estruturante, compreensiva da situação económica e realista também. Não é do interesse da comunidade internacional ter alguns países a ficarem atrás, porque estão a ficar sufocados.

China é o maior credor de Angola e há quem defenda que a negociação teria necessariamente passar pelo perdão da dívida...

Não é produtivo dizer que este credor tem de fazer isso e aquele tem de fazer isso. É um problema global e se fizermos tratamentos diferentes de credor a credor estaríamos a entrar numa armadilha política. Credores e devedores têm de se sentar e resolver o problema. A China teve um comportamento muito responsável no caso DSSI, foi a primeira a apoiar.

Economia/Política



AINDA SOBRE IMPORTAÇÃO DE PRÉ-EMBALADOS

Distribuidores podem pagar multas de 60 milhões kz

COMÉRCIO. Penalizações estão determinadas na Lei das Actividades Comerciais. Especialistas alertam, no entanto, para possíveis violações às regras da Organização Mundial do Comércio. E admitem mesmo questionamento de parceiros nos próximos tempos.

Por Isabel Dinis

Os distribuidores que desobedecerem ao novo decreto do Ministério do Comércio e Indústria, que restringe a importação de produtos pré-embalados a partir de

Julho, podem ser multados com valores que chegam até aos 60 milhões de kwanzas.

A penalização está prevista na Lei das Actividades Comerciais que estabelece, para infracções muito graves, multas de entre 3,5 milhões e 60 milhões de kwanzas. É o que seria o caso de uma eventual violação da introdução em território nacional de produtos, sem ser a granel.

No entanto, além do tema das multas pesadas, Angola poderá

estar a violar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo alertam especialistas ouvidos pelo VALOR.

Muitas das medidas administrativas tomadas nos últimos anos por Angola são “às vezes, inconsistentes com as regras do sistema comercial multilateral e violam os princípios basilares, como a não-discriminação, a transparência e a previsibilidade”, defende um antigo quadro sénior do Ministério do Comércio, ape-

sar de entender ser de “carácter legítimo a nível interno”.

A medida, defende, pode suscitar questionamentos dos parceiros comerciais por não fazer referência a um período de vigência, deixando a entender que é de aplicação permanente. “Se, por um lado, é definida a data de entrada em vigor, que é de 90 dias após a publicação, o carácter permanente de vigência é muito problemático, além das medidas sancionatórias previstas”, alerta um especialista que não quis ser citado.

Este especialista vai mais longe e está convencido de que se trata de “uma nova barreira não tarifária que pode ser considerada uma restrição disfarçada ao comércio”. “De acordo com a jurisprudência da OMC, o escopo de certas exclusões ou excepções é circunscrito à imposição de certas condições, muitas vezes com referência ao conceito de ‘necessidade’, necessidade essa que deve ser demonstrada pelo membro no sentido de que a medida tomada é necessária e que não existiriam alternativas com efeitos menos restritivos”.

“MELHORES PRÁTICAS”, ACREDITA O GOVERNO

Conforme já antecipado na última edição do VALOR, o Governo vai restringir a importação de produtos pré-embalados como arroz, açúcar, farinhas de trigo e de milho, feijão e leite em pó em embalagens de 25 a 50 quilos.

No documento oficial em que é decretada a medida, propõe-se

a restrição progressiva da importação de produtos pré-embalados, em particular a pequena embalagem, mas incentiva a importação em granel, obrigando os produtos a serem embalados por empresas nacionais.

Apanhados de surpresa, distribuidores acreditam que a medida vai contra as orientações do Presidente da República e alertam para a criação de monopólios e oligopólios e para a subida de preços. O presidente da Ecodima, Associação do Comércio e Distribuição Moderna de Angola, Raul Mateus, lembrou, em declarações a este jornal, que Angola é uma economia de mercado.

O Ministério justifica, por seu lado, a medida com a necessidade do “relançamento e o fomento da indústria do embalamento e empacotamento de produtos que ainda são importados de forma acabada”.

O Governo acredita que a medida “irá gerar importantes ganhos para o país e para a população já que os produtos vão ser importados a preços mais baixos, além de que vai alavancar o surgimento de muitas pequenas e médias indústrias de embalamento e logística, geradoras de muitos postos de trabalho”. Acrescenta que o país vai estar “alinhado às melhores práticas internacionais a nível do comércio e distribuição alimentar” e destaca “a poupança de divisas, tanto na compra de produtos, como pelo facto de as operações de embalamento passarem a ser executadas em Angola”.

A JURISTA MARIA LUÍSA Abrantes defende que Angola tem legislação anticorrupção suficiente, mas a sua aplicação tem falhado por causa da falta de preparação de alguns actores do sector da justiça, o que tem gerado consequências graves para instituições corporativas e seus colaboradores.

ALERTA DOS PILOTOS

Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro na 'lista negra'

O Aeroporto 4 de Fevereiro está classificado como “criticamente deficiente” e com estrela negra pela Federação Internacional de Associações de Pilotos de Linha Aérea (IFALPA) que manteve estas classificações na sua mais recente conferência, de acordo com carta enviada para o Inavic a que o VALOR teve acesso.

“IFALPA, que consiste em abordar 100 associações de pilotos nacionais individuais que representam mais de 100.000 pilotos em todo o mundo, recebem, em uma base regular, relatórios sobre as deficiências do aeroporto e do espaço aéreo em todo o mundo. Na Conferência IFALPA de 2021, as lacunas e deficiências do aeroporto Internacional de Luanda foram novamente discutidas, e informo que a decisão da conferência foi continuar a classificar o aeroporto como criticamente deficiente, Estrela Negra”, lê-se no documento assinado pelo presidente da IFALPA, Jack Netskar.

Segundo a IFALPA, o aeroporto não está preparado para a navegação de aeronaves não equipadas com transponder,

não tem sinalização adequada na pista e não possui protecção necessária para evitar que pessoas e animais interfiram na navegação.

Aponta ainda para o mau estado as “marcações de pista pouco claras”, assim como de NAIVADS (integrador de ajuda à navegação baseado em solo) inutilizáveis não publicado por NOTAM (documento que tem por finalidade divulgar, antecipadamente, toda informação aeronáutica que seja de interesse direto e imediato à segurança). Queixam-se também do uso regular do português “causando pouca consciência situacional”.

A IFALPA faz recomendações ao Inavic e diz que a classificação que faz aos aeroportos visa “alertar” os pilotos sobre as deficiências que podem encontrar ao voar para tais aeroportos, de modo a conseguirem minimizar potenciais problemas.

Criada em 1984, a IFALPA congrega mais de 100 associações de pilotos e tem cerca de 100 mil membros. Na sua missão, destaca-se a defesa dos interesses dos pilotos de linha aérea, principalmente os relacionados com a segurança das operações aéreas.



LEI EM VIGOR É DE 2000

PCA da ARSEG defende revisão da lei das sociedades comerciais

REGULAÇÃO. Gestor explica que revisão da lei é necessária, entre outras razões, para acomodar novos modelos de governo societário.

Por Gil Lucamba

A

Lei das Sociedades Comerciais em vigor é “antiquérria” e representa um “pesadelo” para o governo das sociedades abertas. Quem o defende é o PCA da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) que apela para a sua revisão acelerada.

Prevedo para “muito breve” o surgimento das sociedades abertas, por força do mercado de capitais, Elmer Serrão antecipa outros desafios como a criação de modelos de governo e o reforço das fun-

ções de fiscalização do conselho de administração, além da eventual institucionalização de algumas boas práticas.

“É necessário acelerar a revisão da Lei das Sociedades Comerciais, de modo a que sejam acomodados novos modelos de governo societário, bem como aquelas práticas que hoje, pela importância, ganharam dimensão legal e relevância transversal a todas as formas de sociedades comerciais”, insiste Elmer Serrão, em declarações ao VALOR, à margem da intervenção no seminário sobre ‘Governança Corporativa e Compliance’, promovido pelo Banco Prestígio em alusão ao sexto aniversário.

Elmer Serrão destacou também a necessidade de criação de “mecanismos de protecção dos accionistas minoritários (sobre-

tudo o acesso destes à informação), modelos de reporte tendo em vista o cumprimento do princípio da transparência e da disponibilização pública da informação”, bem como a “representação e registo das participações sociais (acções) ou a clarificação”.

A “densificação e desenvolvimento do instituto das “sociedades em relação de grupo”, assim como os temas da “consolidação do diploma com a Lei das Sociedades Unipessoais” e da “possibilidade de convocação e realização das assembleias-gerais de modo virtual (acomodação do advento das novas tecnologias)” constam das preocupações do gestor. E ainda a “eliminação de formalismos dispensáveis nos processos de cessão/transmissão de participações sociais”.



Mário Nogueira © VE

Economia/Política

DESDE O LANÇAMENTO DO PROJECTO-PILOTO EM 2018

Seguro agrícola paralisado, à espera do Estado

Ensa, que tinha sido indicada para coordenar o processo, considera difícil o seguro sair do papel sem a subvenção do Estado.



AGRICULTURA. Ensa foi indicada para coordenar o projecto há mais de dois anos. Mas fonte oficial garante que a iniciativa está parada desde o seu lançamento.

Por Isabel Dinis

A implementação do programa-piloto de seguro agrícola, lançado em 2018, continua paralisada, à espera da subvenção do Estado.

Indicada para coordenar o projecto na altura, a Ensa explica, na voz do seu PCA, que, sem a subvenção, dificilmente o seguro sairá do papel. “O seguro agrícola, em todo o mundo, é subvencionado pelo

Estado. A verdade é que, particularmente no momento em que vivemos, não temos sentido que o Estado tenha disponibilidade financeira para subvencionar este tipo de seguro”, explica Carlos Duarte.

Mais do que respostas, Duarte formula uma série de perguntas para sublinhar os desafios e os receios que condicionam o seguro agrícola. “Como é que se calcula o risco da actividade agrícola? Será que temos estações meteorológicas que dêem a previsibilidade de que os subscritores de risco precisam? Penso que não. Será que temos estudos meteorológicos completos e rastreamento de

satélite de todos os fenómenos? Podemos inferir sobre a qualidade destes riscos? Temos estudos robustos das pragas para dar previsibilidade aos subscritores de risco?”

Para o gestor, Angola não tem medido o “problema de quantificação deste risco”. “As seguradoras, em todo o mundo, mitigam os riscos e transferem parcela substancial para o mercado ressegurador. No mercado ressegurador, não se conhecem as condições de Angola por falta de disponibilidade de dados meteorológicos, sanitários, entre outros”, refere, explicando que, na dúvida, o mercado ressegurador estabelece prémios de risco

“cautelares” e “condicionantes” por causa dos riscos. “Estamos a trabalhar o produto de forma a termos as garantias de risco para criarmos um produto que depois não vai criar problemas para a sobrevivência da própria seguradora”, sublinha.

FUNDO DE RISCO COMO ‘ESCAPE’

O PCA da Ensa dá ainda conta que, para contornar a situação do seguro agrícola, tentou vincular a ideia de se constituir um fundo de risco para calamidade, tal como acontece em alguns países. Este fundo actuaria enquanto mitigante destes riscos na eventualidade de calamidades naturais. Mas, assim como o seguro agrícola, também precisaria de fundos públicos.

A ideia não teve respaldo de entidades públicas, apesar da justificação de que o fundo de risco ajudaria o país a criar um histórico estatístico de sinistralidade que permitiria ir ao mercado ressegurador negociar a preços mais competitivos para Angola.

Na explicação de Duarte, o fundo seria desenvolvido, numa primeira fase, com capitais públicos. Na segunda fase, o próprio seguro teria uma componente que deveria reforçar este fundo toda a vez que fosse emitido. Assim como no seguro automóvel, em que há um fundo de garantia, uma parte de todos os seguros vai para este fundo que teria como objectivo cobrir situações anormais.

Uma fonte do Ministério da Agricultura e Pescas garante que o “assunto ficou parado”, desde que o projecto-piloto foi lançado. A fonte explica que o seguro não dependia apenas da agricultura, mas de outros intervenientes para a aprovação e implementação.

O programa-piloto do seguro agrícola previa a cobertura por parte do Estado de até 50% no caso da agricultura familiar, até 30% na agricultura empresarial e nos investimentos de larga escala entre 10 e 15%. O resto era assumido pelas empresas e produtores.

O programa começou no Bengo, Huambo, Malanje e Kwanza-Sul através de cooperativas-piloto. Seis seguradoras estavam envolvidas aplicando um regime de co-seguro.

MEMORIZE

- O programa-piloto, lançado em 2018, previa cobertura por parte do Estado de até 50% no caso da agricultura familiar, até 30% na empresarial e nos investimentos de larga escala entre 10 e 15%.

“muito elevados.

Já o administrador da Royal Seguros, Pedro Galha, promete, para o meio do ano, uma “surpresa” para os agricultores. Apesar desta previsão, o administrador garante que é um “caminho” a ser definido com

MANUEL RIBEIRO SEBASTIÃO foi eleito na sexta-feira, 26 de Março de 2021, presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) para um mandato de três anos, substituindo Fernando Hermes.

AGÊNCIA PROCURA INVESTIDORES PARA PÓLOS INDUSTRIAIS

Aipex contra “burocracias e leis velhas”

INVESTIMENTO. Burocracia, leis desfasadas e outras por aplicar são as justificações da Aipex para os poucos investimentos estrangeiros. Agência quer mudar o paradigma e desafia os ministérios a colaborarem.

Por Guilherme Francisco

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex) propõe-se contornar a redução de investimento estrangeiro, mas salienta que é necessário que os departamentos ministeriais desburocratizem os processos e actualizem leis.

Com vista a tornar os investidores estrangeiros, e não só, cada vez mais interessados em Angola, o presidente do conselho de administração da Aipex, António Henriques da Silva, defende o fim das burocracias, sobretudo nos departamentos ministeriais. Por conta dessa prática “desincentivadora ao investimento”, a instituição criou a Janela Única do Investimento, uma plataforma electrónica que vai interagir com os departamentos ministeriais.

“Só conseguimos atrair investimentos se contribuirmos de forma visível para a redução da burocracia, daí a necessidade de criar a janela, em articulação com os variados departamentos para o apoio directo aos investidores”, justifica António Henriques da Silva. O responsável da Aipex aponta para “os constrangimentos que têm que ver com a demora no licenciamento, resposta às questões colocadas pelos investidores aos departamentos ministeriais, e a Aipex tem incentivado que este tipo de atitude se altere”.

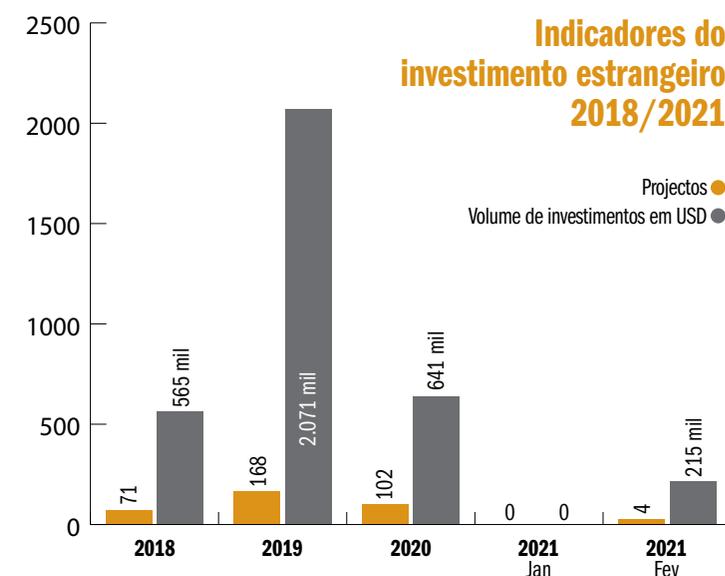
Outro constrangimento na captação de investimento pri-



António Henriques,
PCA da Aipex

vado externo, de acordo com a Aipex, está relacionado com a desactualização das leis. Segundo explica José Chinjamba, administrador jurídico da Aipex, é preciso fazer alterações da lei para a captação de investimento privado. “A não entrada em vigor do código fiscal fica debilitada a implementação do regime contratual, na medida em que as matérias relativas aos incentivos fiscais previstos que devem ser tratados em sede do regime contratual estão todas abordadas no código fiscal. Sem a entrada em vigor do código fiscal torna-se impossível implementar o regime contratual que já foi aprovado pela Assembleia Nacional”, exemplifica.

José Chinjamba refere, por outro lado, a necessidade de revisão do decreto que aprova os acordos de promoção e protecção recíproca de investimento. “Este decreto já não se coaduna com os novos desen-



volvimentos a nível internacional no capítulo dos acordos de promoção e protecção recíproca de investimento. A maior parte dos acordos que Angola tem celebrado são de primeira geração e a nível internacional

já estamos a falar em acordos da terceira geração”, sublinha.

O administrador da Aipex defende a imediata revisão do referido decreto para poder “corresponder com a dinâmica que está a ser imprimida a nível

internacional. Apesar de a Aipex não ser a entidade que tutela a matéria dos acordos, tem um papel importante na celebração e preparação.”

PARCERIA COM O MIND-COM PARA DINAMIZAR PÓLOS

A Aipex e o Ministério da Indústria e Comércio estão a tentar criar condições nos pólos industriais, desde as infra-estruturas de acesso à energia e água. No entanto, António Henriques da Silva entende que “não podemos contar apenas que seja o Estado a fazer investimentos em infra-estrutura”. “Enquanto oportunidade, a Aipex também tem este papel, ajudar no sentido de promover a infra-estruturação de pólos como possíveis destinos para a materialização de projectos de investimento privado”, defende.

PANDEMIA REDUZ INVESTIMENTOS

Durante os três anos de existência, a agência registou 345 projectos de investimento, no valor de 3.492 milhões de USD. Mas somente 81 foram efectivamente implementados, 25 dos quais são de origem estrangeira. Contabilizam-se ainda 254 projectos em fase de implementação e dez cancelados. O PCA da Aipex esclarece o cancelamento dos projectos, estimados em 36 mil USD, com o facto de os investidores mudarem de planos e, nalguns casos, “acham que as condições apresentadas de princípio não são as mesmas.”

Com a pandemia da covid-19, as propostas e registos de investimento estrangeiro reduziram-se significativamente. Este ano, para a instituição, “é desafiador tendo em conta as restrições verificadas a nível mundial”. Outro desafio passa por atrair investimentos para as províncias com pouco menos de dois investimentos e/ou as que sequer têm como são exemplos, o Bié, Moxico e Uíge.

Em três anos, a agência destaca o aumento e, conseqüentemente, a redução de importação de materiais de construção, bebidas, vinagre, produtos de higiene, limpeza, produtos alimentares, com destaque para a massa alimentar, farinha de trigo e milho, biscoitos e margarina.

Mercados & Negócios



AUMENTA ABSORÇÃO DE LIQUIDEZ

BNA aprova medida para reduzir dinheiro em circulação

O Comité de Política Monetária do BNA decidiu aumentar a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez (TFPL) com maturidade de sete dias, passando de sete para 12%, ou seja, um aumento de cinco pontos percentuais.

A decisão foi tomada, nesta segunda-feira, dia 29, durante a reunião ordinária do órgão que analisou o comportamento recente e as perspectivas dos principais indicadores económicos, bem como os impactos macroeconómicos das medidas tomadas nas últimas sessões, assim como os desenvolvimentos da pandemia da covid-19 e as suas implicações na conjuntura económica.

O BNA sublinha ter constatado que persistem pressões inflacionistas na economia nacional no curto prazo, não obstante a estabilidade no mercado cambial e no comportamento da liquidez, assim como a existência de uma procura agregada contida.

O aumento da taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez é assim um sinal do banco central no sentido do controlo desta pressão inflacionista, no curto prazo. Esta taxa é um dos vários

instrumentos de política monetária que se utilizam para controlar os níveis de liquidez na economia, seja pelo aumento, seja retirada da massa monetária em circulação. Na prática, é utilizada para atrair os bancos a fazerem depósitos junto do banco central, dependendo das remunerações. Ou seja, quando a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez é elevada, os bancos ganham mais e a tendência é os bancos deixarem o dinheiro do BNA. Quando a taxa é baixa, o retorno dos depósitos é igualmente baixo e, conseqüentemente, reduz a motivação de deixarem o dinheiro no banco central. A TFPL foi fixada em 7% há sensivelmente um ano, mais concretamente na reunião de Março de 2020. Na ocasião, houve uma redução de três pontos percentuais, já que estava fixada nos 10%.

O CPM decidiu também manter a taxa básica de Juro do BNA, em 15,5% e manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez indexada à taxa de juro de mercado dos Bilhetes do Tesouro para 91 dias, acrescida de 0,5%. Decidiu ainda estender o prazo de vigência do Aviso n.º10/2020, de 03 de Abril, até ao final do ano de 2021. O aviso pretende obrigar os bancos a cederem financiamento à economia.

NOVA APOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Royal Seguros investe no seguro de saúde

SEGUROS. Com cerca de cinco anos de existência, é a primeira vez que a seguradora aposta no seguro de saúde e estima terminar o ano com duas mil vidas asseguradas. Empresa quer estar entre as principais seguradoras do mercado.

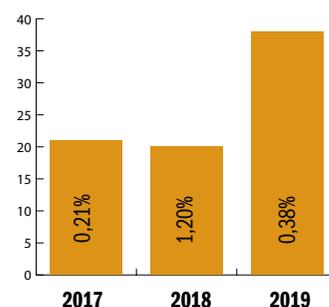
Por Redacção

Considerado um produto de alto risco e, por isso, fora da oferta de muitas seguradoras, o seguro de saúde consta, desde Março, da carteira de ofertas da Royal Seguros, no âmbito de uma estratégia da administração que visa posicionar a empresa entre as principais seguradoras do mercado.

“Desde que foi lançada, a Royal estava focada em seguros obrigatórios, automóvel e assistência de trabalho, e voltada muito mais para o público particular. Entretanto, dentro do projecto que estamos a dinamizar de tornar a Royal diferenciada do mercado, passamos a ter o seguro de saúde lançado agora a 1 de Março, tanto para o cliente individual como para o corporativo”, precisou ao VALOR o administrador Pedro Galha, em conversa conjunta com o também administrador Pedro Becker.

Recentemente contratados, os dois gestores estavam ligados à concorrente Proteja Seguros e asseguraram agora que a chegada de ambos

Quota de Mercado Royal Seguros num grupo de 27 seguradoras



ainda algumas vertentes de negociações possíveis que nos levam a dizer que ambiciosamente chegaríamos a três ou quatro vezes o facturamento do ano passado, é muito possível”, projecta Pedro Becker. No ano passado, o valor do prémio “esteve em linha com 2019” que, de acordo com dados do mercado, foi de cerca de 693 milhões de kwanzas.

Em 2019, entretanto, a seguradora, que foi fundada em 2016, perdeu quota de mercado face a 2018, passando de 1,20% para 0,38%

MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO

Pedro Galha e Paulo Becker justificam a mudança de seguradora com a possibilidade que lhes foi apresentada de desenharem um projecto para o futuro. “Acreditamos no projecto que desenhámos e fomos dada a possibilidade de apresentar um futuro de médio e longo prazos que vai posicionar a Royal entre as principais seguradoras do mercado angolano”, explica Pedro Galha. A empresa acredita que os sinais da mudança começaram a ser notados ainda este ano. O conselho de administração da seguradora é constituído por três nomes, sendo o terceiro o do PCA e accionista maioritário, Arsénio Mateus.



Pedro Galha e Paulo Becker, administradores da Royal Seguros.

A TAP ESTÁ PRESTES a fechar a venda de oito aviões Airbus 320, esperando um encaixe financeiro entre 35 e 40 milhões de euros. A venda consta das medidas de poupança de fluxo de caixa da companhia aérea portuguesa.



APÓS INCÊNDIO QUE DEVASTOU A FÁBRICA

Fraldas Kiame retomam produção

Por Isabel Dinis

O Grupo Heran General, produtor da marca de fraldas descartáveis Kiame, pretende retomar a produção até ao final do próximo mês, dois meses após um incêndio que obrigou à paralisação de toda a produção.

O incêndio, provocado por um curto-circuito, destruiu “totalmente” a matéria-prima, os produtos acabados e o armazém. A produção foi interrompida e as entregas também.

Ao VALOR, Filipe Meira, director de marketing do grupo, adiantou que a empresa prevê colocar novamente as fraldas em todos os pontos de venda. “Todas as matérias-primas de excelência

100

Trabalhadores estavam empregados até antes do incêndio da unidade industrial.

são importadas, o que faz com que a retoma da produção não seja tão rápida como gostaríamos”, explica.

Desde o incidente que a página no Facebook das fraldas Kiame tem sido inundada com comentários de mães e tutores com mensagens a questionar o desaparecimento das fraldas. Nos comentários, há quem leve o desânimo ao limite, descartando o uso de qualquer outra marca. E o grupo responde que não é indiferente à fidelização e aos protestos dos clientes. “Esta situação faz com

que o nosso compromisso e responsabilidade, que estabelecemos desde o início, não sejam sobrepostos pela urgência de colocar novamente o produto nas prateleiras”, refere Filipe Meira, para quem a fidelização dos clientes “é a valorização e reconhecimento” do esforço e investimento “nas melhores matérias-primas e nos mais elevados parâmetros de qualidade”.

O grupo está assegurado, mas o seguro não cobre a totalidade da dimensão do incêndio, destruição da matéria-prima e produto acabado. A empresa recusa-se, no entanto, a avançar quaisquer números.

Com mais de 100 trabalhadores, todos assegurados apesar do incêndio, o grupo está presente em Angola desde 2018, ano em que lançou as fraldas Kiame e a marca Nitido de papel higiénico, guardanapos, rolos de cozinha, lenços, rolos multicaixa e fita-cola.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA ZONA CONJUNTA
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na Zona de Interesse Comum está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras favoráveis a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos do que a produção de petróleo em águas profundas e de emprego. A produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, com tratamento a tendência mundial 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABERAN) é autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no âmbito de acções com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PROCEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inserido no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais evitam dizer se o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Pág. 10-11

Moedas: **ARZ** USD 150,9 x2 (+0,3) **EUR** 181,02 x2 (+0,7) **LIBRA** 225,7 x2 (+0,3) **YUAN** 22,7 x2 (+0,1) **RAND** 10,5 x2 (+0,1)

Descarregue a App

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

Justiça exige ‘cerco apertado’ a incumpridores

A Comissão Provincial de Coordenação Judicial de Malanje recomendou esta segunda-feira ao Banco de Poupança e Crédito (BPC) a adoptar mecanismos que impedem o levantamento integral dos salários por parte dos funcionários cujos tribunais orientaram o corte da parcela destinada à prestação de alimentos aos filhos fora do lar.

Essa medida surge por a maior parte dos trabalhadores, com compromisso de sofrerem descontos salariais para a alimentação dos filhos, sobretudo dos órgãos militares, proceder ao levantamento completo dos salários antes de o banco efectuar os devidos cortes.

Na primeira reunião da Comissão Provincial de Coordenação Judicial concluiu igualmente haver necessidades de os tribunais responsabilizarem judicialmente os progenitores em causa.

O presidente da Comissão Provincial de Coordenação Judicial, juiz Neves Moxi, destacou que a insuficiência de magistrados judiciais e do ministério público, de oficiais da justiça e de advogados, aliado à falta de outros meios, condicionam o exercício pleno da justiça, embora haja vontade de o fazer.

A reunião visou analisar a problemática da sobrelotação nas cadeias, prisão preventiva, falta de prestação de alimentos, cumprimento das decisões processuais de regulação do exercício da autoridade paternal e entre outros aspectos ligados à justiça.

A Comissão Provincial de Coordenação Judicial de Malanje integra a PGR, Polícia Nacional, Tribunal e outros órgãos de administração da justiça.



NO MALÁUI

Tribunal chumba recurso de Peter Mutharika

O tribunal supremo de Lilongwe, no Maláui, chumbou o recurso interposto pelo antigo presidente Peter Mutharika para reconsiderar a sua condenação ao pagamento de 69,5 milhões de kwachas, pouco mais de 84 mil dólares.

Peter Mutharika e o então secretário de Estado Loyd Muhara contestaram a decisão do tribunal superior, por não concordarem com a multa fixada.

Em resposta, o juiz da suprema corte, Kenyatta Nyerenda, disse não haver mérito no pedido para a anulação da execução da sentença proferida pelo tribunal superior, cabendo aos condenados cumprir a decisão judicial. Foram condenados ao pagamento do equivalente a 84 mil dólares por terem ordenado a reforma compulsiva do colectivo de juizes do tribunal supremo, que chumbou o recurso interposto para impedir a anulação das eleições. O tribunal superior condenou os réus, por violação do princípio de separação de poderes e abuso de poder.

A interferência do poder executivo sobre o judicial, pesou para a condenação de Mutharika e Muhara que têm apenas sete dias para pagar a multa fixada pelo tribunal superior de Lilongwe.

NA UNIVERSIDADE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (UJES)

Regime jurídico da prevenção da corrupção em mestrado



Regime jurídico da prevenção da corrupção, do Branqueamento de capitais e Crimes organizados e sobre a administração autárquica são alguns dos cursos de mestrado que a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES) prevê leccionar nos próximos tempos.

O anúncio foi feito pelo decano da instituição, durante o encerramento da II edição do curso de pós-graduação online sobre o Regime jurídico da prevenção e luta contra a corrupção, Branqueamento de capitais e Crime organizado.

De acordo com João Valeriano, as aulas dos referidos cursos vão ser ministradas com o

apoio de docentes nacionais e portuguesas da Faculdade de Direito das universidades de Lisboa (UL).

Na passada sexta-feira, 55 juristas angolanos concluíram, com êxito, mais uma pós-graduação, uma iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), em parceria com a UL, no âmbito do Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (Paced), juristas de Benguela, Huambo, Luanda e da Lundas Norte e Sul. Durante três meses, os formandos foram capacitados em matérias ligadas ao enquadramento jurídico-internacional da prevenção e combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, incluindo sobre o tráfico de estupefacientes. Foram igualmente abordadas

as estruturas especiais complexas e a desconsideração da personalidade jurídica de pessoas colectivas, bem como a cooperação jurídica internacional nesta em matéria.

Para o reitor da UJES, Cristóvão Simões, a formação é importante, por capacitar quadros angolanos sobre a matéria de combate à corrupção e crimes conexos.

A primeira edição da pós-graduação online sobre o Regime jurídico da prevenção e luta contra a corrupção, Branqueamento de capitais e crime organizado, que visa a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, foi realizada em 2020, com a participação de 32 juristas.



Ever Given é um dos maiores navios porta-contentores do mundo

CANAL DO SUEZ BLOQUEADO POR CARGUEIRO ENCALHADO

200 mil toneladas entupiram as rotas comerciais marítimas

LOGÍSTICA. Um pesadelo de gestão logística para muitas das empresas que dependem da travessia do canal egípcio que faz a ligação mais directa entre o continente asiático e o continente europeu. Pôs uma semana centenas de navios à espera de passar e muitas empresas a considerar a rota mais longa que obriga a dar a volta ao continente africano.

Por Redacção

O Ever Given é um dos maiores navios porta-contentores do mundo, pesa 200 mil toneladas carregado com mais de 18 mil contentores, tem o tamanho do Empire State Building (102 andares), e encalhou no famoso Canal do Suez que é responsável pelo trânsito de 12% do comércio mundial.

Pertença da empresa Taiwanesa de shipping (transporte de contentores) Evergreen Marine, o Ever Given ficou atravessado no canal egípcio e a impedir que mais de 450 outros navios conseguissem passar. E, a contar uma semana de bloqueio muitas empresas tiveram de gerir e rearranjar rotas semanas mais longas e muito mais caras para dar a volta inteira ao continente africano e levar carga desde o continente asiático para a Europa.

O Canal do Suez é o mais longo do mundo com 193 quilómetros e leva 13 a 15 horas para atravessar desde Port Said no Mediterrâneo à cidade do Suez no Mar Vermelho. Foi

construído entre 1859 e 1869 por investidores estrangeiros e já foi motivo de quase guerra quando em 1956 o presidente egípcio Gamal Nasser nacionalizou o canal que servia de travessia ao trânsito marítimo mundial. A medida foi considerada uma ameaça por Israel e os aliados conduziram uma intervenção militar e a um acordo supervisionado pelas Nações Unidas.

Em 2020 o governo egípcio encaixou 5.61 mil milhões de USD de receitas oriundas de cobranças pela travessia do Canal do Suez.

O Ever Given encalhado custou milhões de USD em seguros de transporte e em custos de resgate do navio que

envolveu 14 barcos de resgate, e que para além do atraso da mercadoria que carrega, é agora responsável pelo atraso da chegada das mercadorias das centenas de outros navios que não puderam fazer a travessia do canal e por isso descumpriram compromissos contratuais.

E apesar de ter ficado livre hoje, pode levar meses a reparar o estrago causado, até onde se sabe de momento, por ventos, pouca visibilidade ou por erro humano. Um erro com dores de cabeça e custos elevados e que podia ser visto a partir do espaço por imagens de satélite. Um desafio à altura do próprio porta-contentores Ever Given.

12%

Do tráfego comercial marítimo passa pelo Canal do Suez

10

Mil milhões de USD custos do bloqueio, estimado pela seguradora Allianz

47%

Aumento nos custos do trânsito de mercadoria transportada da Ásia e do Médio Oriente, de acordo com cálculos das transportadoras

15

Milhões de USD custo de cada dia de bloqueio

2%

Contribuição dos dividendos do Canal do Suez no PIB egípcio

(In)formalizando

FRANQUIA DE ANGOLA INCENTIVA FORMALIZAÇÃO

Um milhão de kwanzas para começar negócio



DESDE DEZEMBRO

Startup facilita venda de seguros online

A plataforma electrónica SIS Angola pretende dinamizar o mercado dos seguros e cobrir a presença na internet cada vez mais solicitada em tempo de pandemia.

Segundo o co-fundador desta 'start-up', Domingos Pedro, o desafio é tornar acessível a compra de produtos e serviços de diversas seguradoras, agregando num único espaço digital que permita os interessados a avaliar que oferta escolher. A plataforma 'marketplace' de seguros online tem como parceiros a Ensa, Mundial Seguros, Global Seguros, Aliança, Fidelidade, Royal e Protetja Seguros Angola.

Desde o início de operação, no fim de Dezembro, contabiliza 25 potenciais clientes inscritos, os quais permitiram a celebração de cinco apólices que constituíram no global, em forma de comissão, ganhos de 60 mil kwanzas. Além de vendas, a startup promove a educação em seguros a potenciais clientes, dá assistência ao pessoal, de forma a evitar a tensão muitas vezes existente entre seguradoras e segurados, bem como procura criar mecanismos para tornar o negócio de vendas online sustentável.



Zungueiros, roboteiros e outros operadores informais poderão ser integrados em sistema de franchising, com a ajuda de microcrédito.

Numa iniciativa da Franquia Angola, com a intenção de promover a formalização de negócios e de os tornar sustentáveis, 120 operadores informais poderão aderir ao sistema de franchising e poder receber, anualmente, apoios de até 1 milhão de kwanzas. O retorno, tal como é definido pelo sistema de franchising, será efectuado mensalmente de acordo com a percentagem de lucros durante um ano.

Helivelton Francisco, men-

tor do projecto, explica que os interessados poderão ter acesso, se estiverem registados numa administração municipal. "Para este projecto, temos identificado o perfil ideal, iremos olhar para várias componentes, desde personalidade, mente empreendedora e afins. Todos os seleccionados irão beneficiar de um financiamento para possibilitar o investimento da microfranquia e será igualmente disponibilizado um plano de amortização do crédito que não sufoque o empreendedor", explica. Apesar de grande parte dos informais ser iletrada, Helivelton Francisco garante que o projecto é desenvolvido a pensar nesse aspecto, por isso afasta constrangimentos. "Os informais podem ter alguma debilidade na

escrita ou na leitura, mas são fortes a contar dinheiro. E, como tudo, toda a gente tem a capacidade de aprender se for ensinada, eis o motivo da formação oferecida antes da inserção do indivíduo no mercado", sublinha

O projecto-piloto arrancou em Luanda, mas a pretensão é implementá-lo em todas as províncias, de acordo com a realidade de cada uma. O promotor espera contar com a parceria de bancos e do Ministério da Indústria e Comércio.

A Franquia de Angola é uma empresa de consultoria especializada em expandir a rede de negócios com o incentivo ao franchising. Conta com algumas pequenas empresas cujos negócios foram franqueados e têm

tido, segundo o mentor, muita adesão de pequenos empreendedores. O franchising ou franquia é um sistema no qual uma determinada empresa 'aluga' a marca. Ou seja, concede direitos a uma outra ou a um empreendedor para poder representar a marca, vendendo os seus produtos, em determinados locais. Em contrapartida, quem usar a marca paga à empresa-mãe 'royalties', por ano ou por mês. Além de apoiar na constituição da empresa, com 'know-how', a promotora dá um aval para a concessão de crédito, caso o empreendedor não tenha dinheiro suficiente para arrancar com o projecto. Em Angola, exemplos mais conhecidos da utilização do sistema são as lojas Worten e Bem Me Quer.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões

Recuperação global exige independência do vírus para todos



Michael Spence,
Professor Emérito
de Economia na
Universidade de
Stanford, prémio
Nobel da Economia



Joseph E. Stiglitz,
Professor de
Economia da
Universidade de
Columbia, Prémio
Nobel da Economia



Jayati Ghosh,
Professora de
Economia da
Universidade
de Massachusetts



Os EUA esperam 'comemorar' a independência da covid-19 até ao Dia da Independência (4 de Julho), quando as vacinas terão sido disponibilizadas a toda a população adulta. Mas, para muitos países em desenvolvimento e de mercados emergentes, o fim da crise ainda está muito longe. Como mostra um relatório da Comissão de Transformação Económica Global do Instituto do Novo Pensamento Económico (INET), alcançar uma rápida recuperação 'global' requer que todos os países possam declarar a independência do vírus.

Como o coronavírus sofre mutações, coloca o mundo inteiro em risco, desde que continue a florescer em qualquer parte do mundo. Portanto, é fundamental que vacinas, equipamentos de protecção individual e produtos terapêuticos sejam distribuídos em todos os lugares o mais rapidamente possível. Na medida em que as actuais restrições de oferta são resultados de um mal projectado regime de propriedade intelectual internacional, são basicamente artificiais.

Embora a reforma sobre a Propriedade Intelectual (PI) em geral esteja desfasada, o mais urgente agora é a suspensão ou a consolidação dos direitos de PI vinculados aos produtos necessários para combater a covid-19. Muitos países imploram por isso, mas os lobbies corporativos nas economias avançadas resistiram e os seus governos sucumbiram à mioopia. A ascensão do 'nacionalismo pandémico' expôs uma série de deficiências no comércio global, nos investimentos e nas leis de PI.

Economias avançadas, especialmente como a dos EUA, agiram vigorosamente para reacender as suas economias e apoiar empresas e famílias vulneráveis. O país aprendeu, mesmo que apenas há pouco tempo, que a austeridade é profundamente contraproducente nestas crises. A maioria dos países em desenvolvimento, entretanto, luta para obter fundos para manter os existentes programas de apoio, sobretudo para absorver os custos adicionais impostos pela pandemia. Enquanto os

Se há um momento para reconhecer os princípios de força maior e de necessidade, esse momento é agora. Os países não devem ser forçados a pagar o que não podem pagar.

As instituições bancárias representam uma parte fundamental para o desenvolvimento da economia, mas também enfrentam desafios.

EUA gastaram cerca de 25% do PIB para manter a sua economia (portanto, contendo em grande parte a magnitude da retracção), os países em desenvolvimento puderam gastar apenas uma pequena parcela disso.

Os nossos cálculos, com base nos dados do Banco Mundial, mostram que, com quase 17.000 dólares 'per capita', os gastos dos EUA foram cerca de 8.000 vezes mais altos do que os dos países menos desenvolvidos.

Além de desencadear o seu poder fiscal, os países desenvolvidos ajudariam a si mesmos e à recuperação global se adoptassem três políticas. Primeiro, deveriam pressionar por uma grande emissão de direitos especiais de saque, o activo de reserva global do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como as coisas estão, o FMI poderia emitir imediatamente cerca de 650 mil milhões de dólares sem precisar da aprovação dos representantes dos Estados membros. O efeito expansionista poderia ser aumentado significativamente se os países ricos transferissem as suas alocações desproporcionalmente maiores para os países que precisam de dinheiro.

O segundo conjunto de acções também envolve o FMI, devido ao grande papel na formulação de políticas macroeconómicas no mundo em desenvolvimento, especialmente nos países que procuram ajuda para resolver problemas de balanço de pagamentos. Num sinal encorajador, o FMI tem apoiado activamente a procura por pacotes fiscais maciços e prolongados pelos EUA e pela União Europeia e até reconheceu a necessidade de aumentar os gastos públicos nos países em desenvolvimento, apesar das adversas condições externas.

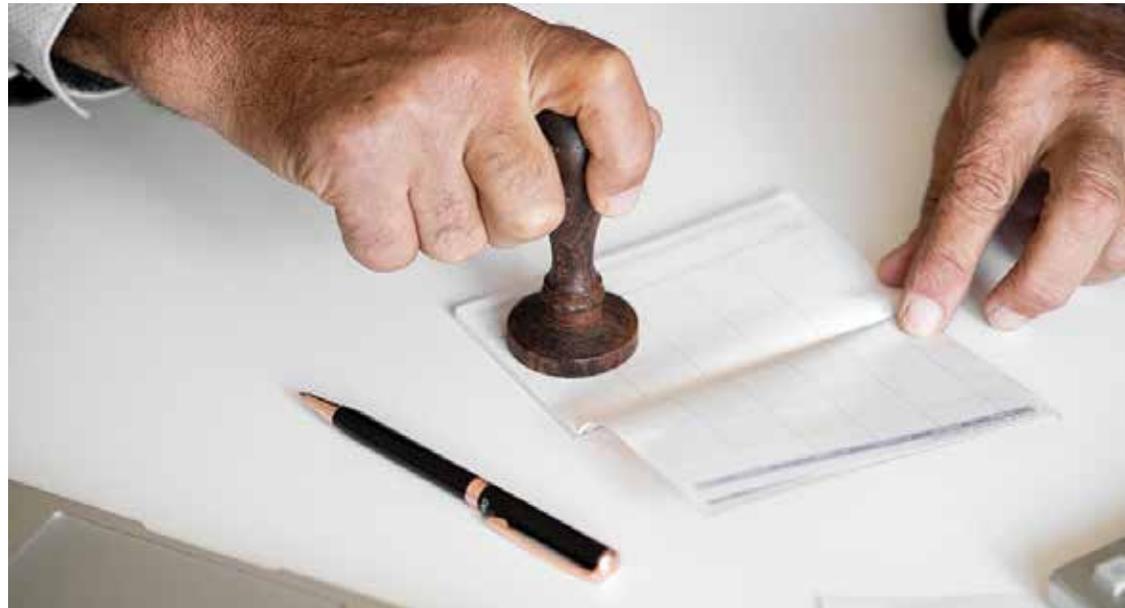
Mas, quando se trata de definir os termos dos empréstimos a países que enfrentam problemas na balança de pagamentos, as acções do FMI nem sempre são consistentes com as suas declarações. Uma análise da Oxfam International sobre recentes acordos, uns a aguardar e outros em andamento, conclui que, entre Março e Setembro de 2020, 76 dos 91 empréstimos do FMI negociados com 81 países exigiram cortes nas despesas públicas que poderiam prejudicar os sistemas de saúde e pensões, congelar salários dos trabalhadores do

sector público (incluindo médicos, enfermeiros e professores) e reduzir o seguro-desemprego, auxílio-doença e outros benefícios sociais. A austeridade – especialmente os cortes nessas áreas vitais – não deverá funcionar melhor para os países em desenvolvimento do que funcionaria para os desenvolvidos. E mais assistência daria a esses países um espaço fiscal adicional.

Por último, os países desenvolvidos poderiam orquestrar uma resposta abrangente aos enormes problemas de dívida que muitos países enfrentam. O dinheiro gasto com pagamento da dívida é dinheiro que não ajuda os países a combater o vírus e reiniciar as suas economias. Nos estágios iniciais da pandemia, esperava-se que uma suspensão do pagamento da dívida para com os países em desenvolvimento e mercados emergentes fosse suficiente. Mas já se passou mais de um ano e alguns países precisam de uma reestruturação abrangente da dívida, em vez dos habituais paliativos que apenas preparam o terreno para outra crise para os próximos anos.

Existem várias maneiras pelas quais os governos credores podem facilitar essas reestruturações e induzir uma participação mais activa do sector privado, que até agora tem sido relativamente recalcitrante. Se há um momento para reconhecer os princípios de força maior e de necessidade, esse momento é agora. Os países não devem ser forçados a pagar o que não podem pagar, especialmente porque isso causaria um enorme sofrimento.

As políticas descritas aqui seriam de enorme benefício para o mundo em desenvolvimento e teriam pouco ou nenhum custo para os países desenvolvidos. Na verdade, é do próprio e esclarecido interesse desses países fazer o que puderem pelas pessoas nos países em desenvolvimento e nos mercados emergentes, especialmente quando o que eles podem fazer já está disponível imediatamente e traria enormes benefícios para biliões de pessoas. Os líderes políticos no mundo desenvolvido deveriam reconhecer que ninguém estará seguro até que todos estejam seguros e que uma economia global saudável não é possível sem uma forte recuperação mundo afora.



Desafios da concessão de crédito ao sector real da economia



Francisco Vasconcelos,
Manager EY,
Assurance
Financial Services

Nos últimos tempos, têm-se verificado várias medidas económico-financeiras por parte do Estado angolano que visam incentivar o aumento da intermediação de recursos financeiros entre a banca e os restantes agentes económicos.

Existem diversas publicações que corroboram a existência de uma correlação directa entre a concessão de crédito e o desenvolvimento económico de um país, pelo simples facto de que as mesmas visam a transmissão de poder de compra dos bancos para os diversos agentes económicos. Esta estratégia tem como principais objectivos o estímulo da actividade económica,

reduzindo o peso das importações na balança comercial, e, consequentemente, desenvolver a sociedade onde vivemos.

Com vista ao cumprimento destas iniciativas, a legislação emitida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) durante o exercício de 2020, requer que os bancos “injectem” essa liquidez no sector real da economia. Destas, destaca-se o Aviso n.º 10/2020, o qual estabelece as condições de concessão de financiamentos destinados à produção de bens considerados como essenciais. Estes financiamentos deverão ser concedidos a uma taxa mais atractiva, estando limitada a 7,5% para beneficiar a viabilidade dos projectos, com a redução do custo da dívida. Como contrapartida, do lado da banca, a liquidez será libertada pelo BNA com a redução das reservas mínimas obrigatórias para os bancos.

Esta medida assume também um cariz social relevante por incentivar e permitir a concessão de crédito a cooperativas e pequenas e médias empresas para o desempenho das suas actividades, permitindo o desenvol-

vimento do país, num contexto actual muito difícil.

A concessão de crédito ao abrigo deste Aviso tem evoluído a um ritmo lento, tendo sido prorrogado pelo BNA, a data limite para o cumprimento, permitindo o alargamento desta medida a mais entidades. Adicionalmente, foi definido que os Bancos teriam prazos máximos para resposta destes pedidos, assim como para a formalização dos mesmos e disponibilização dos montantes.

Em suma, as instituições bancárias representam uma parte fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, mas também enfrentam alguns desafios. Um dos principais prende-se com a obtenção de garantias adequadas para minimizar a possibilidade de perda nos créditos concedidos, o que poderia comprometer a solvabilidade. Neste contexto, cabe aos departamentos de risco das instituições bancárias terem um papel de relevo, pois assumem a responsabilidade de analisar as diversas propostas e tomar decisões estratégicas de exposição ao risco de crédito de cada entidade.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

S seja bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço em que perguntar não ofende, e em que nesse mesmo espírito, sendo que a semana que passou foi marcada por viagens dos nossos governantes, sobretudo a do próprio Presidente e a de um governador numa altura de pandemia e de penúria extrema, que fizeram brotar todo o tipo de perguntas e de especulações sobre o que foram fazer lá fora, quando o trabalho é mesmo melhorar o que está bem e corrigir o que está mal, em Angola...

O Presidente, que no início do mandato gastou vários milhões de dólares em viagens frequentíssimas, que lhe valeiram o título de 'presidente voador', coitado, devia estar mesmo a sentir falta de uma viagemzinha, principalmente para um sítio assim, sem lixo e organizado como o Dubai. Mas em tempo de pobreza extrema, de fome, numa altura em que os nacionais estão a fugir para onde podem, até mesmo a pé, correndo risco de se tornarem eles mesmos comida de leão ou de crocodilo, as perguntas sobre o que foi o Chefe de Estado (e do estado de coisas) fazer ao país onde supostamente também está estacionado o ex-Presidente, que o actual passou estes três anos de mandato a culpar por todos os males que se vivem no país, e, coincidentemente, também o ex-vice-Presidente que, muito pelo contrário, foi protegido, as perguntas são inevitáveis...

E, neste contexto pandémico, resta o argumento mais corriqueiro e mais usado para justificar as viagens frequentes dos nossos dirigentes, e que foi usado também pelo governador do Namibe, (minha querida província de origem, onde recentemente morreram jovens à fome no Virei, que é o município onde a minha mãe nasceu), e cujas imagens, supostamente num restaurante em Espanha, se espalharam pela internet fora.

O argumento da viagem por questões de saúde, no entanto, leva à pergunta desta semana: "e agora pergunto eu, porque não são os governantes os primeiros a liderar, por exemplo, e a seguir o conselho da colega ministra da Saúde, que diz que o sistema de saúde em Angola já melhorou tanto, que não se justificam juntas médicas e que os doentes que estão no estrangeiro podem bem ser tratados nas unidades hospitalares do país? Porque é que os nossos governantes não seguem, todos, a receita da ministra da Saúde?

Será que não confiam nela? Ok, isto parece mesquinha e inveja dos governantes viajantes, mas, querido leitor, considerando que este turismo médico, este turismo de saúde que tradicionalmente serve de desculpa para qualquer escapadela governamental, tem custos de curto/médio e longo prazos, terríveis, as perguntas lidas são válidas.

Os custos de curto prazo são as próprias viagens, custos com aviões, frequentemente privados, que custam milhares de dólares por hora, a adicionar a custos com hotéis de cinco estrelas que não deviam ser custeados por um Estado pobre como o nosso, e porque normalmente não viajam sozinhos, há a adicionar os custos com as viagens e consumos das suas entourages.

Mau, mas pior são os custos de longo prazo, que são menos visíveis, mas mais proibitivos. São custos que se vêem na falta de investimento nos sistemas de saúde africanos (vale lembrar que o orçamento de Estado para a Saúde é inferior, por exemplo,

ao da segurança de Estado), são sustos que se vêem na fuga dos quadros bons para países que paguem em condições e onde se viva bem, sem o risco de se matarem doentes a três pancadas, por falta dos mais escabrosos básicos hospitalares. E são custos que condenam os nossos

Africa gasta uns assombrosos seis biliões de dólares em tratamento dos africanos fora do continente, isto em valores registados e que podem ser muito, muito mais sem registo.

sistemas de saúde aos restos, à falta de recursos financeiros e humanos em que se vê frequentemente um médico para vários milhares de doentes.

O turismo de saúde não é problemático só em Angola, toda África passa a vergonha de ter os seus presidentes e ministros, governantes a sua elite, muita, muita gente a tratar-se na Europa, nos EUA, enfim, fora do continente.

Lembro-me que aqui, há algum tempo, o presidente nigeriano havia prometido banir o turismo de saúde do seu governo, dizia que era uma vergonha países como o Zimbábue e Angola, em que o presidente tinha de viajar por não confiar nos cuidados de saúde que são oferecidos aos cidadãos que o elegeram. Mas depois de eleito também ele, Buhari, viajou em tratamento e ficou o dito por não dito, como acontece tantas vezes em política.

África gasta uns assombrosos seis biliões de dólares em tratamento dos africanos fora do continente, isto em valores registados e que podem ser muito, muito mais sem registo. E o problema com a elite política ir tratar-se fora do continente é o mesmo do "pai de família que não come em casa e que, por isso, não sente necessidade de investir num bom jantar", como li algures a perfeita alegoria. O problema é que a elite governante deve dar o exemplo para que as coisas melhorem de facto e esta é uma promessa eleitoral concreta que ainda não ouvi de nenhuma formação política, mas que faz muita, muita falta ouvir.

Esses biliões de dólares que são gastos lá fora, se investidos em sistemas de saúde e de pesquisa de soluções de saúde em África, soluções que ali em novas tecnologias ao uso da medicina preventiva, das plantas medicinais que temos com fartura, esse investimento em África em vez de na saúde dos nossos governantes que gastam milhões a cada visita para ver os olhos ou os dentes, esse investimento mudaria certamente o panorama da saúde africana.

E não é investimento na construção de hospitais para governantes, como se disse ser plano da Presidência a certa altura, é investimento em hospitais para todos.



Mário Mijangos © VE

*Quem ganha com este formato?
O trafico de influencias que pertencendo ao grupo
“dos escolhidos” pode obter para si vantagens...*



Um olhar de governance sobre a privatização do BCI



Naiole Cohen,
Professor FEC-UAN
Economista/MBA-
Finanças
Cofundadora da
ACGA

Os processos de privatização dos activos do Estado nunca são processos, preto no branco. Ficam muitas vezes no ar perguntas sem nunca obterem respostas ou clarificações, sobretudo em contextos políticos e económicos de estilos autocráticos de quem manda sou eu; Um exercício autocrático em que o activo é do Estado e o Estado é soberano na sua decisão de desinvestimento e no modelo a adoptar e ponto!

No entanto, e este elemento é fundamental recordar... que o que

é do Estado é dos contribuintes e estes em ultima instancia os reais accionistas. Estes últimos beneficiários têm o direito de obter as necessárias informações sobre o desinvestimento no seu activo no cumprimento básico dos princípios de Governance assentes nos pilares de transparência e prestação de contas.

Quando à questão que se coloca do porquê de um leilão exclusivo? Na realidade não existe uma justificação formal do Igape para esta escolha. Numa leitura económica e em obediência às boas práticas, esta escolha “exclusiva” retira espaço para outros potenciais e melhores investidores. Se estes activos pertencem a um sector com inter-relações internacionais e com impacto na correspondência e credibilidade internacional, então significa que é um activo que, à partida, pode ser colocado no mercado internacional num processo mais amplo de venda que são os IPO. Este modelo de

leilão exclusivo “para escolhidos” vão fazer soar alertas.

A justificação dos ganhos de tempo não é suficiente, pois sabemos que a pressa é inimiga da excelência, sobretudo num contexto em que o discurso é favorável à competitividade e à concorrência, mas a prática e as escolhas denunciam o contrário, como é o caso um modelo de privatização em bloco indivisível. Que não vai permitir maior participação societária, nem equilíbrios de “checks & balances” necessários ao bom controlo e um governance de qualidade. O final será de que... o vencedor ganha tudo... “the winner takes it all”...como diria o velho grupo musical os ABBA.

Quem ganha com este formato? O trafico de influencias que pertencendo ao grupo “dos escolhidos” pode obter para si vantagens inclusive de branqueamento de capitais. Quem perde? Os accionistas que somos todos nós pela venda ao preço das influencias e não do mercado.

Quanto à questão que se coloca do porquê de um leilão exclusivo? Na realidade não existe uma justificação formal do Igape para esta escolha.

Não há uma resposta para entender a escolha de 5 “o número mágico”! O que existe é a necessidade de conhecimento dos critérios para chegar aos “especialmente qualificados”. Os reais accionistas precisam desse esclarecimento agora encoberto por “acordos de confidencialidade”.

Os processos de privatização são oportunidades de política económica o que significa que se abrem espaços de atração de investimento, quer ao nível da qualidade como da diversidade de investidores e da cultura de gestão que se pretende atrair. Essa uma das razões de estes processos serem muito escrutinados porque sinalizam opções económicas e da qualidade de governance de um país.

Não bastam as justificações das vantagens do potencial de uma redução dos encargos para o Estado se o 'governance cost' for alto pelas dúvidas na lisura do processo e hipóteses dos critérios de escolha ou se de um sofisticado tráfico de influências para a lista “dos escolhidos” e, conseqüentemente, um preço final menos bom em face do potencial de outro modelo de privatização.

Fica a esperança e expectativa de que esta privatização traga ao sector inovação competitividade e excelência.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Victor Fernandes,
ministro da Indústria e Comércio

A decisão do Ministério do Comércio avançada pela edição 251 do Valor Económico foi motivo de discussão acesa tanto na página do VE no Facebook como no conhecido Grupo dos Empreendedores Angolanos.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Alexandra Simeão

E a explicação do Sr. Ministro é uma anedota que nem dá vontade de rir



António Ananias

De comentador pra ministro da nisto



Horacio Moniz

Alexandra Simeão É uma medida fundamental para a criação de indústrias, não é possível industrializar um país sem medidas que incentivem os investidores a produzir em Angola, nós temos condições para poder responder a esta medida. Precisamos de embalar em Angola, só assim se começará o caminho para a industrialização. Temos de ter coragem para tomar medidas que a curto prazo vão beneficiar o emprego, aparecimento de novas empresas, muitas estarão associadas indirectamente a esta medida. Precisamos só de criar condições para que sejam de imediato financiadas máquinas para os investidores poderem dar seguimento a este processo. E doloroso, mas é necessário. Sem esta medida intermédia não poderemos avançar na indústria. Não se consegue industrializar um país sem que tenhamos etapas. E preciso criar cultura de indústria, criar quadros, ganhar conhecimento, e isso faz-se com medidas destas. Eu acredito que a medida vai trazer muitos benefícios. Claro que é mais cómodo, comprar tudo fora e vender, mas assim jamais teremos indústria.



Guilherme Nascimento

Horacio Moniz As transições devem ser faseadas. Agora eu lhe pergunto, durante tempo até as coisas ganharem alicerces comemos o que ou vamos comprar os produtos a que preço? Temos de começar a tomar medidas com análises de A--Z. Eu não sou contra estas medidas, longe disso, mas para isso temos de criar condições para sermos auto-suficientes e criar medidas por fases: 1, 2, 3, 4...20 se necessário. O que vai acontecer com essa medida será o aumento da pobreza em Angola devido à escassez e uma coisa é comprar 50 kg de um produto para alimentar uma família e a outra é comprar 10 ou 20 kg. Temos de sair disso de criar políticas de gestão individualista, e sim criar políticas económicas humanistas para um bem comum. Essa medida nem vai durar 6 meses e já vamos gritar socorro... depois vão mudar novamente.



Horacio Moniz

Guilherme Nascimento Caro Sr. Não vai acontecer nada que faça perigar o abastecimento. Estas medidas são necessárias, nós necessitamos de empresas, de empregos, de desenvolvimento e estas medidas são necessárias e incentivam ao investimento em várias áreas. Tenha em conta que com medidas como estas teremos mais empresas com contam-se de investir, criar marcas, haverá ainda o aparecimento de empresas de máquinas, de embalagens, etc. Não tenha receio porque a medida tem como objetivo a redução ou mesmo a manutenção do preço, criação de emprego e valorização das futuras marcas nacionais. Isto é um processo, que tem sempre algum risco, mas neste caso, havendo produto em big-bags haverá produto embalado e marcas Angolanas. Passaremos por este processo com uma forma de aprendizagem para a industrialização de Angola. Temos de ser corajosos e acreditar. Eu acredito que vai dar certo e que será beneficiada toda a população. Algum dia tinha de acontecer.



Loch Tung Carneiro

Deve ser ideia daquele louco do Ministro economia que pensa que o país está a ter ganhos. Puxa saco



Daniel Conde Gomes

E dá a impressão de que esses jovens ministros pensam que só eles é que pensam, e/ou são donos da razão e do saber. Dizem com cada barbaridade...



Guilherme Nascimento

Daniel Conde Gomes Eles são formatados a pensar e fazer o que executivo ordena. Temos muitos bons quadros, mas sem liberdade total de aplicarem o seu saber de forma técnica e funcional.



Joisse Lourdes

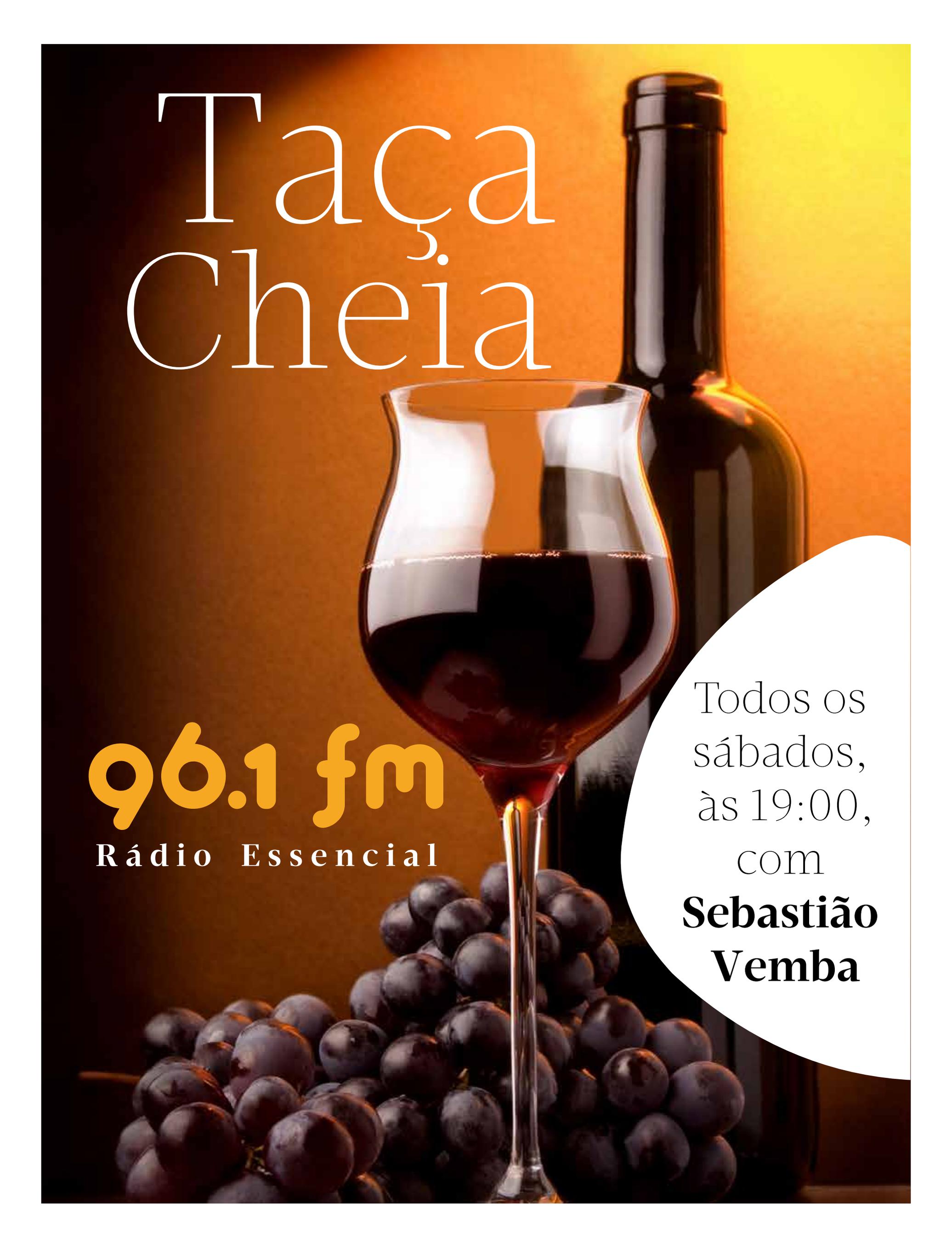
Ha vergonha que exige máscara



Ismael Onimba

Isso é extorsão! Regular não é impor. Em economia de mercado tudo se encaixa sem esforçar o outro apertar o cerco. Criar alternativas e depois regular seria o óptimo. Vejam o exemplo do ferro para construção civil, hoje não mais importamos tanto porque achamos soluções caseiras. A importação a Granel seria óptimo se houvesse uma indústria de reciclagem e produção de embalagens. Só complicamos o complicado.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

ECONOMISTAS FALAM EM FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Angola comprou vacinas ao dobro do preço

AQUISIÇÃO. Cálculos com base no despacho presidencial fixam valor da vacina em 18,5 dólares por dose, mas preço máximo na origem é de 10 dólares.

Por Guilherme Francisco

Os 111 milhões de dólares autorizados pelo Presidente da República para a aquisição de seis milhões de doses da vacina russa Sputnik V têm estado a provocar suspeições de sobrevalorização, quando comparados ao preço por dose, nunca superior a 10 USD, estipulado pela fabricante. Cada dose para Angola vai custar 18,5 USD, precisamente o dobro do que tem sido vendido no mercado internacional.

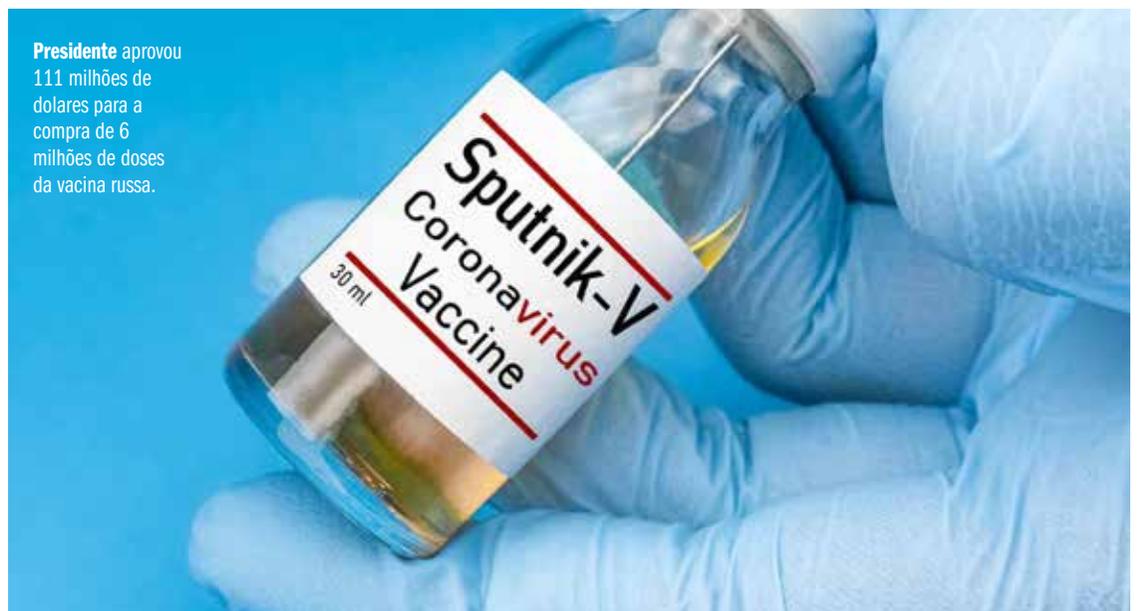
No entender dos economistas Daniel Sapateiro e Eduardo Manuel, o processo de aquisição “está coberto de falta de transparência”. A vacina de origem russa custa oito USD, podendo ter descontos de até dois USD. Segundo informação disponível no próprio site da Sputnik V, o preço máximo é de 10 USD por dose, valor justificado pela limitação nos lucros demasiado elevados com as vendas da vacina.

“A vacina, a custo real, custaria cerca de 48 milhões de USD e não os 111 milhões, pelo que necessitaríamos de mais informação do porquê de um valor acima do dobro. Mesmo que se incluam despesas de transporte, seguro e documentação

legal, nada que possa, alegadamente, justificar a diferença apresentada”, refere Daniel Sapateiro.

Por sua vez, Eduardo Manuel defende a fiscalização por parte da sociedade e instituições, atendendo a actual realidade do país, agravada com as restrições impostas pela covid-19. “Se olharmos para a actual conjuntura económica, é óbvio que a quantidade de vacinas a ser adquirida deverá ser acrescida, para justificar o valor autorizado, mas tendo sempre em atenção o valor real do custo unitário da vacina, que poderá ser acrescido de outros custos, cujos valores não estão disponíveis.”

Daniel Sapateiro mostra-se ainda mais inquieto pelo facto de se desconhecer como será liquidada esta importação, se por recurso a fundos do Tesouro Nacional, se a despesa vai somar à dívida ou se ainda existe outro instrumento e meio financeiro. Recorda, entretanto, que os fundos públicos são “bens escassos e que merecem prestação de contas, bem como a importância da transparência diante das obrigações do FMI”. “O pronunciamento das autoridades por via dos departamentos ministeriais das Finanças e Saúde daria uma imagem de transparência e de prestação de contas, práticas de gestão fundamentais para garantir e melhor a confiança e a credibilidade interna e externa”, assinala o economista, acreditando



10

Dólares, preço máximo da vacina russa, segundo o site oficial da fabricante.

que a opção por contratação simplificada surge da urgência de abastecimento do mercado de vacinas e do programa de vacinação em Angola.

“Pode verificar-se que o trabalho de planeamento de aquisição pode ter gerado que o procedimento de compra deveria ter cumprido um conjunto de passos que ajudariam na maior clarificação do processo de importação, dos preços estabelecidos, e outros trâmites tidos por convenientes em processos de importação, especialmente

com as especificidades do mercado de importação de medicamentos e vacinas, e com certeza, este processo está mais em consonância com as boas práticas de prestação de contas e maior transparência que a ajuda técnica e financeira do FMI veio trazer desde a implementação em 2019 e findando a 2021”, sublinha Daniel Sapateiro.

O VALOR contactou tanto o Ministério das Finanças e da Saúde e ambos alegaram que quem deve esclarecer sobre a aquisição dos seis milhões de doses da vacina russa é a Presidência da República e a Comissão Multisectorial de combate à covid-19.

Um pouco por todo o mundo, a vacina tem sido vendida por menos de 10 USD a dose. Por exemplo, nove estados do Nordeste brasileiro compraram 37 milhões de vacinas, pagando, no total, 365 milhões de USD, o que dá uma média de 9,8 USD por vacina.

Os jornais russos e britânicos têm feito referências que a vacina

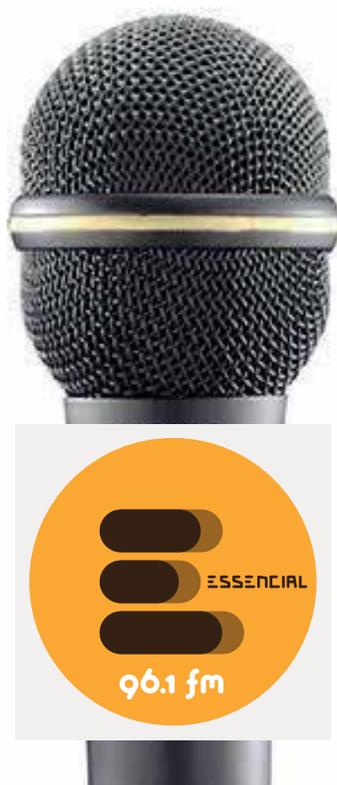
Sputnik V tem sido vendida ao dobro do preço em África, comparando aos restantes países. O jornal Financial Times revela que a União Africana (UA) prevê a compra, até Maio, de 300 milhões de doses ao preço de quase 19 USD por dose. Ninguém da UA quis comentar o preço da vacina, mas o director do Fundo de Investimento Russo Directo, responsável pela venda de vacinas, reafirmou que o “preço estabelecido, para todo o mercado internacional, é inferior a 10 USD”, por vacina.

ANGOLA NÃO RESPONDE À PROPOSTA RUSSA

Em Outubro, Moscovo apresentou ao governo de João Lourenço uma proposta para a construção, em Luanda, de um laboratório para a produção de vacinas. Na altura, o embaixador da Rússia no país, Vladimir Tararov, afirmava que a materialização estava “dependente mesmo só do desejo e da disponibilidade” do Governo angolano.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Covid-19



NA UNIÃO EUROPEIA

Hungria lidera vacinação e mortes 'per capita'

A Hungria é o país da União Europeia (UE) com o maior número de população vacinada, mas um dos piores do mundo em número de mortes por covid-19 'per capita', de acordo com um organismo da UE.

O país da Europa Central administrado a primeira dose da vacina a pelo menos 21,6% dos 9,8 milhões de habitantes, indicou o Centro Europeu para a Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC), à frente da pequena ilha de Malta e ultrapassando em 12,3% a média dos 27 Estados-membros do bloco europeu.

No entanto, a alta taxa de vacinação da Hungria, motivada por uma estratégia que garantiu doses provenientes da China e Rússia para além das fornecidas pela UE, não conseguiu evitar um novo surto pandémico que implicou a mais elevada taxa de

mortalidade 'per capita' do mundo em duas semanas, de acordo com a Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos.

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, tem sido muito crítico face ao ritmo de vacinação da UE e rompeu com a aparente unidade do bloco para assegurar contratos de vacinas em direcção a Leste.

A Hungria foi o primeiro país da UE a aprovar a Sinopharm da China e a Sputnik V da Rússia, permitindo um considerável aumento nos fornecimentos e tornando o país no líder do número de doses distribuídas 'per capita'.

"Estamos numa posição muito boa, à frente da fila, e quer os russos, quer os chineses estão a efectuar as entregas de forma apropriada", disse Orbán na sexta-feira em entrevista a uma rádio.

SOBRE NOVAS VARIANTES

Reinfecções são raras mas são precisos mais estudos

O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) disse que as reinfecções por SARS-CoV-2 são "bastante raras", dado o nível "muito elevado" de protecção até sete meses após a infecção, mas pediu estudos devido às novas variantes.

"Há provas de que a reinfecção [por covid-19] continua a ser um acontecimento raro", refere o ECDC, num relatório sobre o risco de transmissão da SARS-CoV-2 por recuperados ou vacinados contra a covid-19.

A agência europeia precisa que "estudos que acompanharam pessoas durante cinco a sete meses após a recuperação de uma infecção pelo SARS-CoV-2 estimaram que o efeito protector da infecção anterior tenha sido muito elevado durante esse período, entre 81% e 100%".

Ainda assim, "a protecção contra a reinfec-

ção é menor em indivíduos com 65 anos ou mais", acrescenta.

O ECDC alerta, porém, que "muitos destes estudos foram realizados antes do aparecimento das variantes preocupantes do SARS-CoV-2", nomeadamente as que tiveram origem no Reino Unido, no Brasil e na África do Sul.

"À medida que o número de indivíduos que adquirem imunidade natural aumenta, espera-se que o número total de infecções diminua significativamente, levando a uma diminuição geral da transmissão, a menos que as alterações genéticas nas variantes circulantes induzam a uma fuga imunitária significativa", assinala.

Em nota de imprensa, a directora do ECDC, Andrea Ammon, diz ser "muito encorajador ver que as reinfecções do SARS-CoV-2 são bastante raras".



VACINA DA JOHNSON & JOHNSON

África do Sul anuncia 30 milhões de novas doses

O presidente Cyril Ramaphosa anunciou que a África do Sul vai receber, em Abril, 30 milhões de doses da vacina da Johnson & Johnson, apelando ao fim do actual 'apartheid' global

de imunizante contra a covid-19.

O chefe de Estado sul-africano disse que a remessa de novas vacinas faz parte de um primeiro lote de 220 milhões de doses que a farmacêutica norte-

-americana garantiu fornecer a partir de Abril a todo o continente africano.

"A Johnson & Johnson confirmou ontem o fornecimento de 220 milhões de doses da vacina para todo o continente africano, para começar, e antecipamos que aumentará para 400 milhões de doses", declarou o presidente sul-africano, salientando que o país irá "receber 30 milhões de vacinas".

Cyril Ramaphosa defendeu ainda o fim do "apartheid" da vacina, salientando que o acesso às vacinas contra a covid-19 deve ser "rápido e equitativo" no combate global para superar a pandemia causada pelo novo coronavírus.

O presidente Ramaphosa falava durante uma visita que realizou a uma unidade de produção industrial da farmacêutica sul-africana Aspen, em Gqberha (antiga Port Elizabeth) em Cabo Oriental, sudeste do país.

A sul-africana Aspen Pharmcare anunciou em Novembro de 2020 um acordo com a Johnson & Johnson para o fabrico comercial local da vacina da farmacêutica norte-americana contra a covid-19.

A área de produção onde a Aspen pretende fabricar as vacinas da Johnson & Johnson tem capacidade para produzir mais de 300 milhões de doses por ano, segundo a empresa sul-africana.

O VÍRUS RESPONSÁVEL pela covid-19 terá sido transmitido de morcegos para humanos através de um animal intermediário. A conclusão é da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de especialistas chineses, que consideram ainda que a hipótese de um incidente em laboratório é “extremamente” improvável.

COMISSÃO EUROPEIA

300 empresas vão acelerar fabrico de vacinas

A Comissão Europeia promove o primeiro evento pan-europeu de parceria com mais de 300 empresas participantes de 25 Estados-membros para expandir as capacidades de produção de vacinas contra a covid-19 na União Europeia (UE).

Em comunicado, o executivo comunitário explica que o evento de ‘matchmaking’, realizado à distância, visa “acelerar as ligações entre produtores de vacinas e empresas de serviços, tais como organizações de desenvolvimento e de fabrico, produção de materiais e de acabamentos, fabricantes de equipamento e outros, com vista a melhorar o planeamento da produção actual e futura de vacinas na Europa”.

Ao mesmo tempo, a ocasião tem o intuito de “resolver os estrangulamentos na produção e na cadeia de abastecimento”, acrescenta a instituição.

Citada pela nota, a vice-presidente da Comissão Europeia com a pasta digital e da concorrência, Margrethe Vestager, observa que “o número e a variedade de participantes no evento de ‘matchmaking’ mostra a importância de ter uma indústria farmacêutica vibrante e competitiva na UE”, numa alusão à participação de mais de 300 empresas de 25 países.

“A cooperação para combinar recursos complementares e aumentar a capacidade de vacinação pode ser decisiva para acelerar a vacinação dos cidadãos europeus e ultrapassar o surto”, assinala Margrethe Vestager, adiantando que, por essa razão, a Comissão Europeia “emitiu uma carta de alívio das regras anticoncorrenciais que facilita a criação de parcerias entre empresas, ao mesmo tempo que protege a concorrência leal”.



VACINAS DOADAS PELA CHINA

Angola recebeu 200 mil doses da Sinopharm

Angola recebeu 200 mil doses de vacina Sinopharm contra a covid-19, do Instituto Biológico de Pequim, doadas pelo governo da China e que vão ser distribuídas por algumas províncias.

Segundo a ministra da Saúde, Silvia Lutucuta, que falava à imprensa na recepção das vacinas, na qual estiveram também presentes o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades angolano, Domingos Vieira Lopes, e o embaixador da China em Luanda, Gong Tao.

A governante realçou que em todo o processo de aquisição de vacinas tem havido muita diplomacia em saúde e a China tem sido um parceiro estratégico de Angola no combate à covid-19, recordando as doações de materiais de biossegurança e equipamentos provenientes do país asiático.

“No âmbito dessa parceria estratégica também nos foram oferecidas 200 mil doses de vacinas. Uma vacina

muito boa que tem uma eficácia de 79%, em alguns países um pouco mais alta e que já tem bons resultados, nos Emirados Árabes Unidos, Marrocos, em vários países e na própria China”, referiu a ministra.

A titular da pasta da Saúde frisou que a vacina foi fabricada por um Instituto de Biologia de Pequim, reconhecido mundialmente pela capacidade não só para a produção de vacinas, mas também na produção de reagentes para o diagnóstico da covid-19.

Segundo a ministra, essas vacinas vão ser utilizadas em algumas províncias, no âmbito do Plano Nacional de Vacinação, cuja meta, na primeira etapa, prevê vacinar pessoas com mais de 40 anos, com probabilidades, grande exposição à infecção pelo novo coronavírus, forças de defesa e segurança, devendo ser definidas “duas ou três províncias” para se fazer o uso desta vacina.

ESTADO DE CALAMIDADE

Pré-escolar reabre a partir de 5 de Abril

O ensino pré-escolar presencial vai reabrir a partir de 5 de Abril, segundo um decreto presidencial que atualiza as medidas de prevenção e combate à covid-19, publicado em Diário da República.

Assim, a partir do dia 5 deste mês, é autorizado o reinício das actividades lectivas presenciais no pré-escolar, em todas as instituições de educação e ensino do país, bem como a abertura dos refeitórios para uso exclusivo do pré-escolar.

A medida abrange os estabelecimentos públicos e privados do Sistema Nacional de Ensino, as instituições estrangeiras e internacionais que funcionam em território angolano.

O diploma introduz também alterações no regime especial de quarentena, que fica dispensada “nas viagens oficiais de curto prazo não superiores a 72 horas”. Além disso, “o Ministério da Saúde pode definir regime especial de quarentena ou determinar a dispensa em casos de viagens de Estado ou por motivos profissionais e empresariais, sempre que a natureza da actividade o justificar por razões de urgência ou de interesse público relevante”.



Marcas & Estilos



Rápida e fácil

O Spread That de ouro foi feito em quantidade limitada. Amolece a manteiga para uma distribuição mais rápida e fácil, transportando o calor da palma da sua mão para o gume da lâmina. Com a borda serrilhada pode raspar pequenos cachos e, em seguida, passe delicadamente a lâmina para obter uma camada mais lisa e uniforme.



Para uma noite perfeita

Esta é uma camisola de cetim macia como a seda que você nunca vai querer tirar. Feita com o tecido da Clean Bamboo, é bastante sustentável. Esta peça é perfeita para uma noite com ou sem jeans.



AUTOMÓVEL

Um olhar de mudança

A cilindrada foi ligeiramente reduzida de 3.800 cm³ para 3.745 cm³. Ao mesmo tempo, a potência aumentou em 70 cavalos, chegando a 650 cavalos, enquanto o torque cresceu expressivos 5,1 kgfm, totalizando 81,6 kgfm.

Para conseguir esses números, a Porsche actuou em duas frentes. Primeiro, nos componentes do motor. As duas turbinas de geometria variável ficaram maiores e agora estão posicionadas de forma espelhada, melhorando a forma como o ar passa.

Essa última alteração também tem que ver com a segunda área da actuação da Porsche: o fluxo de ar. Os trocadores de calor, além de maiores, foram reposicionados, e agora estão em local mais alto. No geral, a admissão de ar aumentou em 13%.

Para ir de 0 a 200 km/h, são necessários apenas 8,9 segundos, 1 segundo inteiro a menos do que o 911 Turbo S. A velocidade máxima não mudou: permanece em 330 km/h.

AGENDA

LUANDA

9 E 10 DE ABRIL

Yuri da Cunha canta Teta Lando*, no Royal Plaza Hotel, pura homenagem à figura emblemática de Alberto Teta Lando, um dos maiores artistas angolanos.

31 MARÇO

Palmeiras Clube apresenta Encontros á quarta, com Yola Semedo, a partir das 18:30.

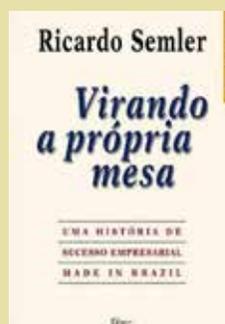
3 DE ABRIL

Especial dia da paz BláBláBlá com os Tuneza, no Jangos-Restaurante e Pizzaria, no Benfica, a partir das 17 horas.

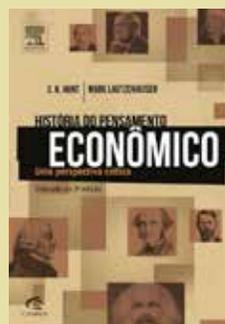
4 DE ABRIL

Agencia Ultima Models, apresenta show em alusão da Dia da Paz, a partir das 17 horas, no restaurante Grill, no Benfica.

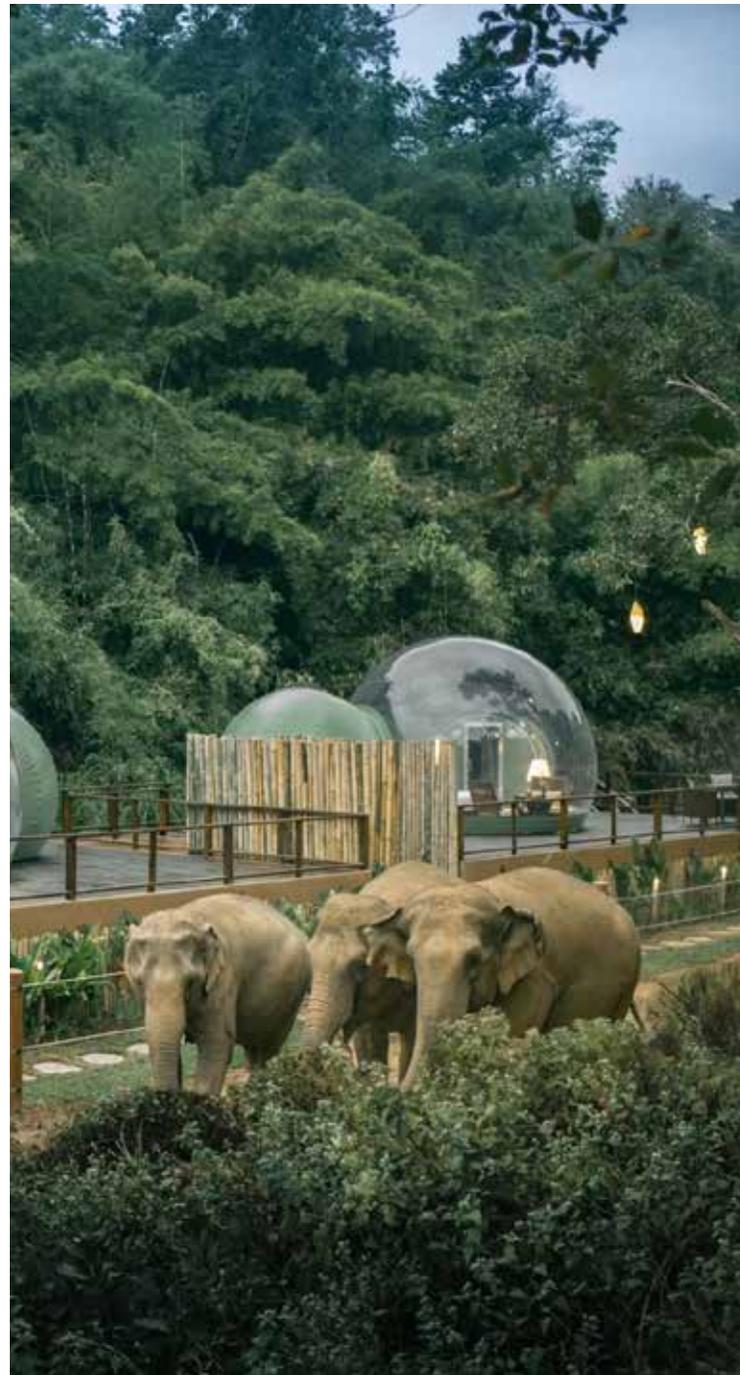
LIVROS



A TRAJECTÓRIA do autor é um exemplo de que ousadia e experimentação são atitudes positivas não só para os funcionários ou clientes, mas para a sociedade em geral.



A PARTIR DE UMA ABORDAGEM assumidamente crítica, o autor faz o percurso tradicional da evolução das ideias económicas desde o founding father da disciplina (Adam Smith) até as contribuições ditas heterodoxas mais recentes, dos pós-keynesianos e neo-institucionalistas.



TURISMO

Entre nuvens e jardins exóticos

A Tailândia dispõe do Anantara Golden Triangle Elephant Camp, um dos mais luxuosos hotéis em Chiang Rai, conhecido mundialmente por não receber chegadas discretas.

O hotel faz parte da Golden Triangle Asian Elephant Foundation, uma instituição de caridade que resgata elefantes abandonados e vítimas de abusos.

Escondido numa selva tropical num cume montanhoso com vista para o local onde a Tailândia encontra o Laos e Myanmar, o resort é um santuário para adultos e animais. Vistas panorâmicas e enevoadas são o pano de fundo para a arquitectura tradicional tailandesa, que combina madeiras esculpidas e pisos de teca com móveis de seda fiada à mão em cores café com leite.

A luxuosa decoração continua em cada um dos 61 quartos e suites, que possuem banheiras submersas e varandas privativas com grandes sofás-cama com vista para os jardins perfumados ou para a piscina infinita perfeita, ela própria emoldurada por nuvens de verde.

POR INTERMÉDIO DA POLPA DAS BAGAS

Café pode acelerar regeneração de florestas tropicais

SUSTENTABILIDADE. Investigadores consideram descoberta “promissora”, uma vez que é habitual as antigas terras agrícolas tropicais ficarem muito degradadas, com a má qualidade do solo a atrasar a regeneração florestal durante décadas.



O resíduo pode ser uma estratégia de regeneração florestal rentável e importante para atingir metas ambientais.

Por Redacção

A polpa das bagas do café, descartada após a extracção do grão, pode ajudar a acelerar a recuperação de florestas tropicais em antigos terrenos agrícolas, concluiu um estudo publicado hoje na revista da Sociedade Ecológica Britânica.

Investigadores da ETH-Zurique e da Universidade do Havai constataram que dois anos após ter sido espalhada uma camada de meio metro de altura do resí-

duo das bagas de café num solo degradado da Costa Rica, a área tratada com a polpa transformou-se em floresta, enquanto um terreno de controlo adjacente continuou revestido por gramíneas de pastagem não nativas.

Dois anos depois da intervenção, a zona tratada com a polpa das bagas de café, numa área de 35 por 40 metros, tinha 80% de cobertura florestal, em comparação a 20% na parcela de controlo, onde não foram aplicados os resíduos.

Num terreno tratado, a cobertura florestal atingiu uma altura quatro vezes superior à área que serviu de comparação durante a experiência.

Num comunicado sobre o

estudo, os investigadores relatam que ao ter sido acrescentada ao solo, em 2018, uma camada de meio metro de espessura de polpa de bagas de café, foram eliminadas as gramíneas invasoras de pastagem que dominavam a terra e que constituem frequentemente uma barreira à regeneração florestal.

A remoção permitiu que espécies arbóreas nativas e pioneiras, que chegaram como sementes através do vento e da dispersão por animais, recolonizassem rapidamente a área, de acordo com os resultados do estudo.

Os responsáveis pela experiência registaram também que, após os dois anos de observação,

a concentração de nutrientes como carbono, azoto e fósforo aumentou significativamente na área tratada, em comparação ao terreno de controlo.

A descoberta é considerada promissora pelos investigadores, uma vez que é habitual as antigas terras agrícolas tropicais ficarem muito degradadas, com a má qualidade do solo a atrasar a regeneração florestal durante décadas.

Segundo a principal autora do estudo, Rebecca Cole, os resultados sugerem que subprodutos agrícolas podem ser utilizados para acelerar a recuperação florestal em terras tropicais degradadas.

A investigadora acrescenta que, sendo a polpa das bagas de café um resíduo amplamente disponível e rico em nutrientes, pode ser uma estratégia de regeneração florestal rentável e importante para atingir metas ambientais.

"Em situações em que o processamento destes subprodutos implica um custo para as indústrias agrícolas, a sua utilização para regeneração, de forma a cumprir objectivos globais de reflorestação, pode representar um cenário vencedor", sublinha Rebecca Cole, citada no comunicado divulgado pela British Ecological Society.

A autora adverte, no entanto, tratar-se de um estudo com dados de um período de apenas dois anos, apenas num local, e por isso ser importante fazer mais testes, "para ver se esta estratégia funciona num leque mais amplo de condições".

"Uma monitorização a mais longo prazo mostraria como a polpa de café afectou o solo e a vegetação ao longo do tempo. Testes adicionais podem também avaliar se existem quaisquer efeitos indesejáveis da aplicação da polpa", acrescenta Rebecca Cole.

A investigadora manifestou ainda o desejo de ver o conceito experimentado com outros desperdícios agrícolas, como a casca de laranja.

"Esperamos que o nosso estudo seja um ponto de partida para outros investigadores e indústrias verem como poderão tornar a sua produção mais eficiente, criando ligações ao movimento global de regeneração", concluiu.

MEMORIZE

- **Investigadores** constataram que dois anos após ter sido espalhada uma camada de meio metro de altura do resíduo das bagas de café num solo degradado da Costa Rica, a área tratada com a polpa transformou-se em floresta, enquanto um terreno de controlo adjacente continuou revestido por gramíneas de pastagem não nativas.

NÚMEROS DA SEMANA

67,4

Mil Milhões de dólares, Previsão de investimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis para entre 2021 e 2025.

250

Milhões USD Disponibilidade do BDA, este ano, para apoio às iniciativas de negócio de investidores primários e secundários da economia nacional.

93,5

Milhões Kz Receitas arrecadadas durante a terceira edição da 'Feira do Campo' no Kwanza-Sul.

83,7

Milhões USD Montante a ser investido pela Sonangol e parceiros em dois projectos de energia renováveis no Sul de Angola.

ESTUDO

Indústrias vão crescer 3% até 2025

O valor acrescentado bruto (VAB) das várias indústrias angolanas diminuiu em 2020, segundo estimativas disponíveis no relatório de Estudo Especializado sobre o Mercado de Trabalho e Actividades Económicas realizado pela consultora EY-Parthenon, que perspectiva a retomado crescimento, a ritmos lentos, nos 3% ao ano, até 2025.

O comércio e os outros serviços foram os que mais contribuíam para o decréscimo do VAB, com uma taxa média de variação anual de -4%.

O estudo indica, em sentido contrário, o sector da construção como o principal motor de crescimento do VAB nos próximos quatro anos. E prevê que o valor gerado por este sector aumente a uma taxa média anual de aproximadamente 4,8%.

Quanto à produtividade, a consultora precisa que, entre 2012 e 2019, apenas o sector da electricidade e água registou um aumento de produtividade, a um ritmo médio anual de 6%. A agricultura e pescas e a construção mantiveram os níveis de produtividade, apresentando taxas médias de variação anual positivas, mas pouco representativas (próximas de zero).

“Os restantes sectores apresentaram diminuições contínuas da produtividade aparente do trabalho entre 2012 e 2019, destacando-se o sector dos Transportes e Armazenamento e o sector de Alojamento e Restauração, cuja diminuição média anual de produtividade ascendeu a 7%”, lê-se no estudo.

No entanto, avança, espera-se um ritmo positivo de criação de emprego que permaneça até 2025 de forma transversal a todos os sectores de actividade, prevendo-se uma taxa de crescimento média anual entre 2016 e 2025 de 3,7%.

A empresária tenta provar que a ordem de congelamento dos seus bens foi para impedir que reforçasse a sua posição na Unitel.



GRAVAÇÕES E VIDEOS

Isabel dos Santos apresenta novas provas de “conspiração” no Tribunal de Londres

Os representantes de Isabel dos Santos apresentaram, ao Tribunal Superior de Londres, provas que alegadamente revelam ter havido “uma conspiração de grande alcance do governo do Presidente João Lourenço, para usurpar ilegalmente” os bens da empresária.

Entre as provas citadas pelo jornal inglês ‘Financial Times’, que considera as novas revelações de Isabel dos Santos como uma “retaliação significativa”, estão incluídas gravações de áudio e vídeo que mostram como juizes, procuradores e outros agentes do Estado terão recebido ordens para lançar uma “campanha política” e acções judiciais para destruir o império da primogénita de José Eduardo dos Santos.

As novas provas, segundo um comunicado da empresária, “foram apresentadas ao Tribunal Superior de Londres no âmbito de um processo em curso contra a Unitel International Holdings (UIH), detida por Isabel dos Santos, apresentado pela empresa angolana de telecomunicações Unitel, pedindo o reembolso dos empréstimos que fez à UIH em 2012 e 2013”.

Isabel dos Santos lembra que os processos judiciais foram ins-

taurados pela Unitel em Outubro de 2020 e neles a operadora alega que a Unitel International Holdings teria incumprido com os empréstimos, pelo que pretendia que fossem considerados vencidos. A Unitel, explica a empresária, sabia, entretanto, que a UIH não podia reembolsar os empréstimos devido ao congelamento dos seus activos e os de Isabel dos Santos pelo Estado angolano. “Quando a UIH deixou claro à Unitel que os incumprimentos dos empréstimos eram o resultado de ordens de congelamento – que, acriticamente, foram obtidas com o conhecimento expresso e cooperação da Unitel – a Unitel exigiu que a UIH fornecesse todos os detalhes da alegada conspiração ao Tribunal. A UIH apresentou agora esta prova num processo ao Tribunal”, justifica.

As provas foram recolhidas e fornecidas ao Supremo Tribunal de Londres pela firma de inteligência Black Cube, escolhida pela empresária “pela experiência em descobrir conspirações, subornos e corrupção”.

As alegações ora apresentadas, de resto, sucedem-se a documentos que já tinham sido apresentados no Tribunal em Angola e que já reportavam falsidades que terão sido usadas pelo Estado angolano no processo de arresto dos bens da empresária.

Isabel dos Santos tenta provar assim que a ordem de congelamento dos seus activos e bens foi determinante para impedir que ela e a vidatel apresentassem uma oferta concorrente para a compra da participação de 25% da brasileira Oi na unitel e pagar os montantes devidos à PT Ventures, ao abrigo da indemnização determinante pelo Tribunal Arbitral de Paris. No comunicado, a empresária refere “como os ataques do Estado angolano” a si e às suas empresas “foram impulsionados não só por motivos políticos e financeiros, mas também como forma de distrair a opinião pública da corrupção e do suborno que assola o governo de Lourenço, incluindo altos funcionários e a petrolífera estatal Sonangol”. “As provas apresentadas ao Tribunal são tão condenáveis quanto perturbadoras”, insiste, deixando claro que o processo movido contra a UIH pela Unitel no Supremo Tribunal de Londres é “apenas um elemento de uma campanha “maliciosa e de longo alcance do governo angolano”.

Até ao fecho da edição, não houve qualquer reacção da parte das autoridades angolanas.